

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CURSO DE HISTÓRIA- LICENCIATURA**

**MARIANA SOARES DA SILVA**

**PARA O “BEM” DA MEMÓRIA DE JAGUARÃO: A TRAJETÓRIA DA  
PONTE INTERNACIONAL MAUÁ COMO BEM PATRIMONIAL**

**JAGUARÃO/RS**

**2014**

**MARIANA SOARES DA SILVA**

**PARA O “BEM” DA MEMÓRIA DE JAGUARÃO: A TRAJETÓRIA DA  
PONTE INTERNACIONAL MAUÁ COMO BEM PATRIMONIAL**

Monografia apresentada ao Curso de História-  
Licenciatura Plena, Integral- da Universidade  
Federal do Pampa- Campus Jaguarão, como  
requisito para obtenção do Título de Graduado  
em História.

Orientador: Ms. Jônatas Marques Caratti.

**JAGUARÃO/RS**

**2014**

**MARIANA SOARES DA SILVA**

**PARA O “BEM” DA MEMÓRIA DE JAGUARÃO: A TRAJETÓRIA DA  
PONTE INTERNACIONAL MAUÁ COMO BEM PATRIMONIAL**

Monografia apresentada ao Curso de História  
–Licenciatura Plena, Integral- da Universidade  
Federal do Pampa - Campus Jaguarão, como  
requisito para obtenção do Título de Graduado  
em História.

Orientador: Ms. Jônatas Marques Caratti.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, mês e ano.

Banca examinadora:

---

Prof. Ms. Jônatas Marques Caratti (Unipampa)

---

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca) (sigla da instituição)

---

Prof. (titulação). (Nome do membro da banca) (sigla da instituição)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, ao meu Pai Rudimar Barragana da Silva, a minha mãe Vane Regina Soares da Silva e as minhas irmãs, Vanessa Soares da Silva e Marília Soares da Silva pelo apoio, atenção, amor, ajuda, amizade, companheirismo em todos os dias da minha vida.

Agradeço a minha tia, Rosana da Silva Demarco, pela assistência com moradia em Jaguarão, durante os quatros anos da minha graduação, bem como pelo carinho, esforço, amizade, companheirismo e pelo tratamento como sua filha durante esse período.

Ao meu namorado, Jhonathan de Carvalho Juncal, que me acompanhou durante esses quatros anos, me apoiando como companheiro e amigo, a quem dedicou todo o seu amor e paciência, desistindo muitas vezes de fazer o que gosta, para ficar ao meu lado e para que eu pudesse realizar esta pesquisa.

A todos meus colegas de curso pelo convívio, risadas, amizade e ajuda durante a graduação.

Ao meu orientador, Jônatas Marques Caratti pela orientação e apoio para que eu elaborasse a Monografia de Conclusão de Curso.

A todas as pessoas, que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa investigou a trajetória do projeto “Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá” que culminou na patrimonialização da Ponte Internacional Mauá, fazendo deste um patrimônio cultural oficial da cidade de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo geral deste trabalho é compreender e analisar essa trajetória, através da produção de materiais sobre a história da cidade e da Ponte Internacional Mauá, com base em pesquisa historiográfica. Os objetivos específicos são, apresentar uma narrativa sobre o Município de Jaguarão e o bem patrimonial de estudo a Ponte Internacional Mauá, além de, trabalhar e refletir sobre os conceitos de patrimônio cultural. Posteriormente, analisar o percurso histórico apresentado no dossiê de seu tombamento, com a intenção de indicar os aspectos positivos e desfavoráveis desse andamento até chegar à esfera institucional que a considerou como bem patrimonial e por fim, problematizar e argumentar esses aspectos relacionando-os com a educação patrimonial e sugerir a implementação de um trabalho para o ensino do patrimônio na comunidade jaguareense. Com isso pretende-se alcançar um maior conhecimento e compreensão sobre a área de história e patrimônio, como também a possibilidade de dialogar, refletir e problematizar com embasamento as ações patrimoniais.

Palavras- Chave: História, Patrimônio, Comunidade.

## ABSTRACT

This research investigated the trajectory of the " Dossier Tipping Bridge International Maua " project that culminated in the International Bridge patrimonialization Maua , making this an official cultural heritage of the city of Jaguarão the state of Rio Grande do Sul The general objective of this work is to understand and analyze this trajectory , through the production of materials on the history of the city and the International Bridge Maua , based on historical research . The specific objectives are to present a narrative about the City of equity and well Jaguarão study the International Bridge Maua , beyond, work and reflect on the concepts of cultural heritage. Subsequently analyze the historical background presented in the dossier of his tipping with the intention of indicating the positive and unfavorable aspects of this progress to reach the institutional sphere that considered as heritage property and finally , discuss and argue those aspects relating them to the heritage education and suggest the implementation of a job for teaching the heritage in jaguareense community. With that strives for greater knowledge and understanding of the area of history and heritage , as well as the possibility of dialogue , reflect and discuss with the foundation equity shares .

Keywords : History, Heritage , Community .

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.

CPC- Comissão do Patrimônio Cultural.

DNIT- Departamento Nacional de infraestrutura e transporte do Brasil.

IPHAE- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Mercosul- Mercado Comum do Sul.

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento.

PRIJ- Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão.

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2. A PONTE INTERNACIONAL MAUÁ</b> .....	12
2.1 O contexto histórico de Jaguarão/ RS .....	12
2.2 Narrativa sobre os primeiros patrimônios urbanos jaguarenses .....	17
2.3 Um bem transfronteiriço: Ponte Internacional Mauá .....	21
<b>3. O PATRIMÔNIO</b> .....	29
3.1 O processo conceitual de Patrimônio .....	29
3.2 Bens culturais: Atos distintos, preservar ou tomba-los? .....	37
3.3 O desenvolvimento de patrimonialização urbana .....	41
<b>4. A PONTE MAUÁ: UMA REFERÊNCIA DE ESTUDO</b> .....	46
4.1 Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá .....	46
4.2 A Educação patrimonial como possibilidade .....	51
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	55
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	57
<b>ANEXO A</b> – Fotografia da construção da Ponte Internacional Mauá .....	60
<b>ANEXO B</b> -Trabalho “ Novas perspectivas sobre a história da Ponte” .....	61

## 1. INTRODUÇÃO

A monografia a ser apresentada intitulada *Para o “bem” da memória de Jaguarão: A trajetória da Ponte Internacional Mauá como bem patrimonial* tem por temática de estudo a área de Patrimônio. A escolha do título deve-se a importância de repensar a memória da cidade e de seu bem patrimonial com a comunidade. A pesquisa pretende investigar sobre a trajetória do projeto “Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá” que culminou na patrimonialização da Ponte Internacional Mauá, fazendo deste um patrimônio cultural oficial da cidade de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo geral deste trabalho é compreender e analisar essa trajetória, através da produção de materiais sobre a história da cidade e da Ponte Internacional Mauá, com base em pesquisa historiográfica e bibliográfica. Os objetivos específicos são: apresentar uma narrativa sobre o Município de Jaguarão e o bem patrimonial de estudo a Ponte Internacional Mauá, além de, trabalhar e refletir sobre os conceitos de patrimônio cultural. Posteriormente, analisar o percurso histórico apresentado no dossiê de seu tombamento, com a intenção de indicar os aspectos positivos e desfavoráveis desse andamento até chegar à esfera institucional que a considerou como bem patrimonial e por fim, problematizar e argumentar esses aspectos relacionando-os com a educação patrimonial na comunidade jaguareense, além de sugerir a possibilidade de um trabalho sobre o patrimônio com a população.

A cidade de Jaguarão, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com Rio Branco (Uruguai), é famosa pela beleza e quantidade de seus patrimônios materiais. Trata-se de um acervo considerável de bens culturais preservados, compostos por edificações coloniais e ecléticas reconhecidas pelos órgãos estaduais e federais do patrimônio. Dentre esses bens materiais, destaca-se a Ponte Internacional Mauá, construída entre 1927 e 1930 como resultado de um acordo estabelecido no dia 22 de Julho de 1918 entre o Brasil e o Uruguai. Por estar em um espaço de fronteira, a união de duas cidades e países fronteiriços promoveu uma inevitável integração cultural, econômica e política, através de diferentes contatos que favoreceram o desenvolvimento da região no período.

Com o processo de patrimonialização da cidade, se faz necessário demonstrar conceitos de patrimônio cultural, material e imaterial, bens culturais, tombamento, preservação, que estarão presentes durante o desenvolvimento do texto. Como fonte de pesquisa utilizou-se os Dossiês de tombamento referentes ao Município e a da Ponte, que

reflete todo o valor histórico, simbólico e cultural desse bem, para descobrir a sua trajetória e importância para sociedade e governo. Porém, neste trabalho será analisado somente o Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá para dialogar sobre fatores da educação patrimonial, extremamente relevantes para o conhecimento e uso do patrimônio pela população.

A proposta de pesquisa se justifica pela constatação da escassa produção historiográfica sobre a trajetória patrimonial da Ponte Internacional Mauá, como também da produção bibliográfica sobre a ponte em si e da necessidade de estudos sobre as fontes acerca desse patrimônio. A falta de produção historiográfica é preocupante, pois só existem dois estudos relacionados à Ponte como patrimônio, que abrangem sua construção, são elas: “Ponte Mauá, uma história” de Eduardo Soares (2005) e o trabalho de conclusão de Everton Coelho de Matos (2008). Significa então, que até agora há apenas duas perspectivas históricas documentadas nos provocando a problematizar o esgotamento de fontes e a necessidade de novos estudos, principalmente no âmbito patrimonial.

Ressalta-se também a relevância no que diz respeito ao trabalho do historiador na aproximação com o campo do patrimônio e da educação patrimonial, tendo em vista que essa categoria está cada vez mais presente nas discussões relacionadas à história e as políticas de valorização do patrimônio. Atualmente presenciamos uma explosão de discussões referentes a temática do patrimônio, sendo assim o/a historiador/a envolvido neste assunto deve priorizar a problematização da criação dos patrimônios brasileiros, tanto no que diz respeito aos seus aspectos funcionais, arquitetônicos como também simbólicos e políticos. Ou seja, é preciso considerar também os interesses voltados nas políticas públicas que financiam restaurações, pesquisas e projetos de educação patrimonial, buscando refletir sobre os porquês de existirem nesta atual conjuntura histórica.

O interesse em trabalhar a Ponte Internacional Mauá como um patrimônio se deu a partir da inserção como bolsista de iniciação à docência no PIBID de Educação Patrimonial (2012), pois no projeto foram travadas discussões e debates voltadas à compreensão dos processos sociais e culturais envolvidos nesta área. Através de leituras sobre a relação entre História, Educação e Patrimônio foi possível compreender esta transversalidade e assim, estabeleceu-se um contato prático numa escola pública pela mediação da bolsista onde os/as alunos/as foram auxiliados/as a buscar conhecer a história local e dessa forma conhecer a sua

própria história, compreendendo a formação e movimentação de memórias e identidades permeadas em diversos espaços.

Como bolsista do PIBID, houve experimentação da prática de pesquisar sobre a história da cidade e seus principais bens patrimoniais, o que acabou despertando o interesse pela narrativa da Ponte Internacional Mauá. Através do projeto surgiu a oportunidade de conhecer o patrimônio local e ao mesmo tempo, dialogar, problematizar e sensibilizar a população para sua conservação e uso. Com base nessas experiências do projeto é que se torna admirável investigar sobre trajetória da Ponte como bem patrimonial, em meio ao franco processo de patrimonialização pela qual passa cidade.

Esse estudo se desenvolve em três capítulos. O primeiro capítulo tem caráter contextualizador, sendo apresentada a história de Jaguarão, bem como, uma breve narrativa sobre os seus bens patrimoniais e a Ponte Internacional Mauá.

No segundo capítulo, são abordados conceitos de patrimônio e formas de proteção, procurando contextualizar o patrimônio de forma clara, resgatando sua origem e o histórico da preservação no Brasil, desde o seu início até os dias atuais. Ainda buscou-se fundamentar a ação de tombamento, medida muito utilizada para a preservação de bens no país.

No terceiro e último capítulo pretende-se analisar o Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, a fim de descobrir e problematizar a trajetória desta construção até se tornar bem patrimonial. Além disso, pretende-se trazer à tona a necessidade da educação patrimonial para a formação cultural, educativa e cidadã da população de Jaguarão.

Com essas informações apresentadas nesse trabalho, espera-se poder alcançar o objetivo proposto e auxiliar a sociedade jaguareense a conhecer o seu patrimônio e a dialogar sobre traços e políticas patrimoniais.

## **2. PONTE INTERNACIONAL MAUÁ**

Esse primeiro capítulo tratará de delinear uma conjuntura preliminar sobre o assunto, para posteriormente poder chegar ao propósito da pesquisa. Para tanto, será feito um aprofundamento sobre a história de Jaguarão, contextualizando o tempo, espaço e lugar da abordagem de estudo. Logo após, ocorrerá um breve diálogo sobre a história de alguns bens patrimoniais da cidade, evidenciando seus principais casarios e suas edificações tombadas. Por fim, será apresentada a história da Ponte Internacional Mauá, desde sua criação até a sua inserção no meio simbólico, como uma das principais construções históricas de Jaguarão, que acabou se tornando ênfase no patrimônio cultural fronteiriço.

### **2.1 O contexto histórico de Jaguarão/ RS**

Esse sub-capítulo visa desenvolver e contextualizar uma narrativa sobre a história da cidade de Jaguarão, desde a ocupação pelos colonizadores das terras outrora indígenas até o período contemporâneo.

A região onde se encontra Jaguarão, primeiramente, foi território indígena. Aqui nasceu uma nação classificada pelos estudiosos como Tradição Umbu. Com o tempo tornaram-se ceramistas nômades da zona pampiana, e seus vestígios, são identificados pelos arqueólogos como Tradição Vieira. Um exemplo dessa tradição indígena é a lenda do Jaguar, tão conhecida na cidade, este conto tem origem em uma história indígena guarani, na qual um anfíbio monstruoso com características de Jaguar<sup>1</sup> vivia as margens do Rio Jaguarão. Apesar disso, é importante dizer que como futura historiadora profissional é fundamental distanciar-se de mitos como lendas.

Com o início da ocupação da região platina pelos colonizadores europeus ainda no século XVII, após a descoberta de prata na região andina, havia a possibilidade de novos caminhos para o acesso às minas, ocorrendo então a partir da navegação pelos rios da Prata. Outro fator foi o fim da União Ibérica em 1640, sobre a intenção de expansão territorial e a

---

<sup>1</sup> Jaguar tinha o corpo de lobo marinho e cabeça e patas armadas de garra de tigre, sendo de um tamanho de um cervo ou cavalo marinho. Esse monstro era o terror dos indígenas desse território, não porque os atacasse, mas porque suas vítimas, homens ou animais, jamais podiam salvar-se. De acordo com o site: [www.turismoemjaguaraors.blogspot.com.br/p/historias-contos-misterios-e-lendas-de.html](http://www.turismoemjaguaraors.blogspot.com.br/p/historias-contos-misterios-e-lendas-de.html). Mitos são comuns, quando é discutida a história do município de Jaguarão, porém saliento que não há comprovação da lenda em fontes bibliográficas, acarretando na pouca influência e importância dessa hipótese para pesquisadores. Evidencio que não acredito na veracidade da mesma, porém é interessante mencioná-la.

dinamização das atividades econômicas, ocasionou na constante mudança de localidade nesta região, aumentando assim a migração e a busca por outras terras e a novas possibilidades de vida<sup>2</sup>.

Outro aspecto importante para essa migração foi à restauração do reino de Portugal e o fato de ainda não terem sido descobertas jazidas de ouro em território português. Com isso, a coroa lusitana partiu para ocupação de terras ao sul do seu último ponto estabelecido com o Tratado de Tordesilhas. Esse episódio de migração teve por conclusão a anulação do Tratado de Tordesilhas e a implantação do Tratado de Madri em 1750, o qual tinha por propósito redesenhar os limites territoriais sem provocar uma eventual perda para cada uma das nações.

Desta maneira, a ocupação levou a vários conflitos entre os dois países, Espanha e Portugal, que passaram a ocupar esse território através da fundação de povoações e fortificações, logo será neste contexto de conflitos e guerras territoriais que localiza-se a cidade de Jaguarão. O Município está inserido ao sul do Rio Grande do Sul, na fronteira com Rio Branco (Uruguai), sendo estabelecida inicialmente como guarnição militar espanhola no ano de 1792, mais tarde, os portugueses após ter vencido os espanhóis ergueram a Guarda da Lagoa e do Cerrito em 1802.

A Guarda do Cerrito foi estabelecida inicialmente pelo Coronel Manoel Marques de Souza, em seguida, foi transformada em posto militar permanente pelo Sargento-Major Vasco Pinto Bandeira, que era também estancieiro, proprietário de fazendas e escravos. Sobre a formação, costumes dessa povoação e sua administração, Sérgio da Costa Franco descreve,

As autoridades civis estavam em Rio Grande. Quem mandava eram os comandantes militares, que informavam os requerimentos para a concessão de terrenos e de chácaras, vigiavam a fronteira, perseguiram ladrões e contrabandistas espanhóis e favoreciam iguais aventureiros, quando de fala portuguesa. (...) Ponto de passagem de exércitos em trânsito, foco de incipientes charqueadas, entreposto comercial à beira da fronteira móvel de duas nações em gestação, a Guarda do Cerrito não poderia ter sido uma idílica aldeia camponesa, obediente ao sino da igreja e aos sermões do vigário. Era certamente um lugar de vida aventureira, sujeita não

---

<sup>2</sup> PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento a situação da fronteira Platina no século XVIII. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 2003, p. 81.

somente aos respingos das refregas guerreiras, como ao impacto das ambições desatadas entre toda a espécie de pioneiros que se instalavam junto à fronteira (FRANCO, 2007, p 39).

Em 1812 modificou-se para “Freguesia do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão”. Na oportunidade, segundo Franco, estava sendo feita a concessão de terrenos urbanos, desde 1811, que propiciou a formação de uma povoação estável<sup>3</sup>. A instalação da freguesia deu-se em 1814, com a chegada do primeiro pároco, para ele, “ momento no qual os assentos de batismos e casamentos já puderam ser feitos no local, que já contava perto de 500 habitantes, desenvolvendo a povoação do Espírito Santo do Cerrito em Jaguarão”<sup>4</sup>.

Em 1832 um Decreto Imperial elevou o local em condição de Vila, não foram necessários senão dez meses para que fizesse a instalação da nova comuna. Ao município-mãe, Rio Grande, ficou a incumbência de providenciar, convocar eleitores e proceder à eleição dos vereadores da futura comuna, que afinal foram solenemente empossados em 22 de maio de 1833. Com isso, não havia então, a figura de um prefeito; a administração da Vila era colegiada, por um conjunto<sup>5</sup>. Somente após, em 1855 foi elevada a condição de cidade, que viria por lei provincial com o nome de Jaguarão.

Portanto, a cidade já mencionada descende diretamente dos acampamentos militares, primeiro espanhol, depois português, estabelecidos em uma região disputada entre os dois países, ainda durante o século XVII. Hoje em dia, é reconhecida e intitulada como “Cidade Heróica”, devido à invasão Uruguaia ocorrida em 27 de janeiro de 1865, quando caudilhos *Blancos*<sup>6</sup> invadiram o território. Foi nessa oportunidade que Jaguarão ganhou tal a denominação, quando o coronel Manoel Pereira Vargas, à frente de seu grupo de combatentes, comandou a defesa da cidade e saiu vitorioso.

---

<sup>3</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Origens de Jaguarão – 1790- 1833. Porto Alegre. Evangraf, 2º edição, 2007, p. 48-49.

<sup>4</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Idem, p. 37.

<sup>5</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Gentes e coisas da fronteira sul: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 43.

<sup>6</sup> Com a rebelião dos *colorados* (liberais) em abril de 1863, encabeçada pelo general Venâncio Flores, pela derrubada do governo dos *blancos* (conservadores) do Partido Nacional do Uruguai, eleito em 1860. O conflito desencadeou a sequência dos acontecimentos que levaram à Guerra do Paraguai. A Argentina e o Brasil apoiaram a rebelião *colorada* – era a primeira vez que os dois países estavam do mesmo lado num conflito uruguaio, ocorrendo posteriormente na invasão blanca. BETHEL, Leslie. Todos contra o Paraguai. Revista de História, 2012, p.2.

O Município até o início do século XX, tinha sua economia fortalecida em produtos pecuários, como, couro, carne e seus derivados, permitindo o estabelecimento de uma classe social economicamente estabilizada e permanente. Segundo Moscato<sup>7</sup> e Gapareto<sup>8</sup>,

Jaguarão é uma das muitas cidades de fronteira onde o ciclo econômico do charque as fez prósperas nos meados dos séc.XIX. A concentração de renda estava nas mãos dos senhores estancieros (MOSCATO; GAPARETOO, 2010, p. 2).

Grande parte dessa história inicial da cidade, somada ao desenvolvimento da atividade agropecuária e *saladeira* com as charqueadas no século XIX, possibilitou a criação da Ponte Internacional Mauá e de um vasto patrimônio cultural, encontrado tanto na área rural (fortificações, estâncias, muros de pedras, presença negra na construção das edificações, etc) e área urbana (casarios, teatro, cinema, igreja, etc). Conforme a Justificativa de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão,

A construção da Ponte representa ainda a resistência das elites pecuaristas gaúcha, em constante disputa inicialmente com a coroa portuguesa e, mais tarde, com a administração centralizada no Rio de Janeiro e dominada pelos cafeicultores. A pecuária (principal produto da região até os dias de hoje), juntamente com o processamento da carne de gado para a produção de charque, permitiu o estabelecimento de uma classe social economicamente fortalecida no Sul do país”. (Dossiê de Tombamento de Jaguarão, 2010, p. 177) .

---

<sup>7</sup> Jarbas Parise Moscato possui formação em Licenciatura Plena em Educação Artística- Habilitação Desenho pela Universidade Federal de Santa Maria (1992-1995) e Especialização em Educação Especial : Deficiência Mental pela Faculdade da Serra Gaúcha/ FSG- Caxias do Sul (2005-2006). Atuou como professor substituto na Universidade Federal do Pampa (2009-2010) na área de teoria e prática pedagógica com ênfase na Arte de educação para os cursos de gestão em turismo, pedagogia, história e letras. Atualmente é professor na rede municipal de ensino do Município de Jaguarão em classes de atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a plataforma lattes.

<sup>8</sup> Rita Magali Owergeor Gapareto é tutora presencial do Pólo Universitário Federal de Três de Maio – RS e Colaboradora no Projeto de Pesquisa Investigação e Produção de Estratégia na Formação de Professores no Município de Jaguarão – RS coordenado pelo Docente Everton Fêrrer de Oliveira da UNIPAMPA – Campus Jaguarão RS. Conforme a plataforma lattes.

Ao apontar sobre a constituição da cidade, seu capital e seu patrimônio cultural, não podemos esquecer a presença de mão de obra escravizada, um fator de total importância para o crescimento de Jaguarão, pois eram os homens negros que trabalhavam incansavelmente para construir as grandes construções do centro da cidade, hoje bens patrimoniais, bem como a presença das mulheres no trabalho doméstico, trabalho nas charqueadas e estâncias da região. Moscato e Gapareto confirma essa idéia,

Não se pode negar a constituição da cidade composta pela mão de obra escrava e das populações livres do comércio de fronteiras artesões, rendeiras, vendedores, pescadores uma leva de cidadãos que prestavam serviço explorado ou obrigado como a mão de obra escrava nos contrabandos que noutro momento seria um novo campo de pesquisa o contrabando é uma prática tão antiga quanto à humanidade. (MOSCATO; GAPARETOO, 2010, p. 2).

Atualmente seu acúmulo comercial continua sendo a pecuária, mas também abrange o comércio de eletrônicos e importados, Jaguarão recebe diariamente a visita de habitantes de diversas partes do Rio Grande do Sul e outros lugares, que se dirigem ao Uruguai para fazer compras. Jaguarão é reconhecida pela beleza de seus bens patrimoniais e pela quantidade de construções preservadas, trata-se de um acervo considerável de bens culturais, compostos por edificações coloniais e ecléticas que foram elaboradas para construção social da identidade fronteiriça e de acordo com o processo de progresso do Rio Grande do Sul. Roberto Martins afirma que,

A cidade possui um expressivo patrimônio arquitetônico construído na segunda metade do século XIX e início do XX, composto de variadas linguagens arquitetônicas, sem similar em números e estado de conservação no Rio Grande do Sul (MARTINS, 2001, p. 232).

Suas construções impressionam quem as vê, pela sua qualidade e requinte, refletindo riqueza, progresso e atualidade da época. As maiorias desses casarões é uma mistura das técnicas de construtores militares e profissionais estrangeiros, representando assim a região de fronteira e as classes dominantes da cidade, como será mencionado no próximo capítulo.

## 2.2 Narrativa sobre os primeiros patrimônios urbanos jaguarenses

Neste sub-capítulo pretendo mostrar e apresentar alguns dos bens patrimoniais da cidade, como também um sucinto relato sobre a evolução dos primeiros casarões. Como já havia dito antes, Jaguarão tem um patrimônio vasto, pela suas edificações e seus casarões em estilo eclético<sup>9</sup>, presentes em várias partes do Município. No século XX, todos os casarões pertenciam às elites locais, como a autora Lidiane Ensslin<sup>10</sup> revela: “os casarões pertencem a latifundiários, criadores de gado e plantadores de arroz, que reproduz na sua tipologia formal o domínio patriarcal”, o que não modifica nos dias atuais, a maioria da elite agrária reside nas construções da área central em torno da principal Praça da cidade, chamada Dr. Alcides Marques.

A Praça Dr. Alcides Marques<sup>11</sup> no ano de 1815 teve o seu espaço definitivamente consagrado como ambiente de lazer. Se caracterizando por ser o grande ponto de encontro de pessoas, onde se localizavam as famílias mais importantes, os cafés e bilhares. A área da mesma é a de maior valor histórico do Município, na qual estão presentes as primeiras construções urbanas de Jaguarão, são elas: prédio da atual Casa de Cultura (1815), a Igreja Matriz do Espírito Santo (1847)<sup>12</sup> e a residência do lado direito da Igreja (1840).

A partir dessas construções, e logo após, surgiram outras edificações, como a Maçonaria, a Santa Casa de Caridade, o Colégio Espírito Santo, clubes sociais, e com esse crescimento a área urbana da cidade foi se desenvolvendo em torno da Praça central e da Beira do Rio, com casarões distintos de características hispânicas e portuguesas.

Já em 1870 houve um desenvolvimento maior em construções, a edificação do cais do porto e a criação do Mercado Público. Ambas as obras favoreceram a cidade em termos

---

<sup>9</sup> O projeto eclético para Ensslin, busca a qualidade estética. ENSSLIN, Lidiane. Eclético Arquitetônico em Jaguarão: um estudo (1870-1940), 2005, Porto Alegre. p. 23.

<sup>10</sup> ENSSLIN, Lidiane. Eclético Arquitetônico em Jaguarão: um estudo (1870-1940), 2005, Porto Alegre. p. 36.

<sup>11</sup> A Praça Dr. Alcides Marques é a praça principal da cidade, em cujo entorno estão a Igreja Matriz, os clubes sociais, a maçonaria, a continuação da rua vinte sete de Janeiro e a Prefeitura Municipal. ENSSLIN, op. cit, p. 42.

<sup>12</sup> MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão. Tese, 2001, p. 217.

comerciais e sociais, pois com a elaboração do Mercado o fluxo comercial aumentou na venda e compra de mercadorias e trouxe a presença de construtores de variadas nacionalidades com modos distintos de agir e pensar, inovando com novas técnicas.

Como mencionado anteriormente, para arquitetar e edificar essas construções, a cidade contou com ajuda de variados artesãos de diferentes nacionalidades, traçando assim aspectos referentes à cultura da região de fronteira com a cultura européia. Como Lidiane Ensslin cita,

Entre os construtores artesãos mais conhecidos, destacam-se os trabalhos de Miguel de Lelis, de origem italiana, Gustavo Guimarães, português. Como também, Germano Rodrigues, José Danigno, Joaquim Lino de Souza, Manuel Verdade, Martinho de Oliveira Braga, Polidoro Antônio da Costa( ENSSLIN, 2005 p. 51-52).

Alguns desses construtores, ergueram as famosas portas entalhadas de madeira, que tornaram Jaguarão popular também pela beleza de sua composição artística, atualmente algumas dessas obras são designadas como “As mais belas portas do Rio Grande do Sul”<sup>13</sup>.

Entre 1920 e 1940 as principais edificações obtiveram características da “ Art Decô” consideradas em um estilo eclético em suas fachadas, onde as formas são geométricas. Nessa fase utilizavam-se também da mistura da arquitetura européia e neocolonial, como fundamenta a autora

No caso de cidade de Jaguarão, a partir de 1920, ao lado dos sobrados coloniais e das casas de porão alto do final do século XIX, começaram a ser construídos vários sobrados cuja característica principal era a busca da individualidade ou autonomia individual da forma, responsável pela quebra da coerência da unidade ambiental urbana existente na cidade desde o século XIX” ( ENSSLIN, 2005 p. 95).

A partir disso, o século XIX e XX nesta região, ficou atribuído a época das edificações dos casarões, inclusive na década de 30 houve uma renovação nas instalações desses grandes

---

<sup>13</sup> ENSSLIN, Lidiane. Eclétismo Arquitetônico em Jaguarão: um estudo (1870-1940), 2005, Porto Alegre. p. 50.

casarios. Com a influência da corrente positivista<sup>14</sup>, novas características foram feitas, como a criação das redes de esgotos de água nas casas e a iluminação, onde as residências passaram a não ser mais iluminada apenas com a luz solar e sim pela energia elétrica. Nessa década também houve a estagnação comercial da região sul, ocasionando na diminuição do número de construções residenciais e o aumento de obras públicas e vilas no entorno das cidades. Marcando assim, o momento de transição do fim do período eclético e o início do Movimento Moderno<sup>15</sup>, influenciadas por estratégias de modernização.

O conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Jaguarão<sup>16</sup>, formado por casarões, casas mais modestas e edificações foi tombado pelo IPHAN em 2011, com a justificativa do conjunto histórico do Município ser um sincretismo de influências espanholas e portuguesas, que resultam num projeto urbanístico único e peculiar, com construções coloniais, ecléticas, Art Decô e modernista que variam em tipologias e formas. Para o estudo da pesquisa e o tombamento se concretizarem, a cidade foi dividida em zonas, que determinam os níveis de proteção, uma vez protegidas, as casas não podem sofrer alterações significativas, por pena de multa. Esse é um problema atual que gira em torno da população, pois a mesma não foi preparada para essa modificação, já que, após o bem ser tombado há uma série de intervenções, como as mudanças nas fachadas, que jamais poderão continuar a ser feitas e outras medidas devem ser realizadas pelos moradores/ donos do imóvel, como a conservação.

Portanto, Jaguarão usufruir nos dias atuais do processo da patrimonialização, tendo a maioria de suas edificações tombadas por órgãos estaduais e nacionais. Entre estes, há grandes construções que auxiliam no estudo da história, cultura, costumes e vivências da cidade, não pretendo me aprofundar na história dos bens, mas acho de extrema importância citar os principais bens patrimoniais tombados, são eles: a Casa de Cultura, a Enfermaria

---

<sup>14</sup> O positivismo foi uma corrente filosófica iniciada por Auguste Comte, onde as idéias de percepção humanas baseadas na observação e exatidão. Um dos sistemas de idéias que maior influência exerceu no Brasil entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Além da influência política no estabelecimento da República, o pensamento de Auguste Comte também deixou marcas no sistema de ensino. PEZAT, Paulo. Positivismo em família: o projeto pedagógico de Carlos Torres Gonçalves. Temas e matizes, educação e positivismo, 2006, p. 70.

<sup>15</sup> O movimento moderno é o conjunto de movimentos culturais, escolas e estilos que permearam as artes e o design da primeira metade do século XX.

<sup>16</sup> Segundo, o Dossiê de tombamento Histórico e Paisagístico de Jaguarão, 2010, p. 175.

Militar, o Teatro Esperança, O Mercado Público e a Ponte Internacional Mauá. Relembrando que ainda há vários ainda não tombados em Jaguarão, mas que também guardam valores culturais e simbólicos de determinado seguimento social, exemplo disso, são as rendeiras que buscam oficializar-se no IPHAN há quase dez anos.

Na época atual, esta área urbana de grandes casarões sofre amplas modificações em seu entorno, pois residem atualmente sedes de bancos, lojas comerciais, hotéis, clubes e bares. Ocasionalmente em mudanças e poluição visual, porque conforme o espaço se moderniza, há vontade dos moradores também, muitos vêm modificando o interior e a parte externa de sua residência, dificultando sua preservação de antigo casario e favorecendo o debate de novas problemáticas a serem discutidas no âmbito patrimonial. Mas com o tombamento da área central esses indivíduos estão tendo que se adequar aos moldes e intenções dos órgãos governamentais e institucionais do patrimônio.

Tal processo de tombamento, preservação e restauro se encontra inserido nos movimentos de patrimonialização<sup>17</sup> de Jaguarão na época presente. Como marco, temos a presença do chamado tombamento<sup>18</sup> que visa preservar conjuntos de prédios históricos localizados no perímetro urbano e o seu reconhecimento como patrimônio nacional, tendo em vista a sua relevância para a história da região. Sendo que, muito desses bens tem grande valor simbólico, social e cultural para a comunidade local, pois traçam histórias de conflitos e disputas territoriais e sociais, momentos de contato e trocas com outros países e de difusão da cultura e costumes de fronteira.

O tombamento desses bens da qual a Ponte Mauá está incluída é, portanto, resultado de um processo de reconhecimento que de acordo com Adriana Silva<sup>19</sup>, “se desenvolve na maioria das vezes, a partir de forças políticas e administrativas da Prefeitura Municipal e de

---

<sup>17</sup> Patrimonialização do patrimônio é a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, material e imaterial. CRUZ, Rita de Cassia Ariza. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2002, p. 96.

<sup>18</sup> O tombamento pode ser definido como o procedimento administrativo pelo qual o poder público sujeita a restrições parciais os bens qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 134.

<sup>19</sup> SILVA, Adriana. Meu avô era um tropeiro: Identidade, patrimônio e materialidades na construção da terra do tropeirismo – Bom Jesus (RS), Porto Alegre, 2009. p 108.

sujeitos que determinam os novos patrimônios”. A partir disso, esse procedimento se desenvolve através da ação e vontade de pessoas civis e órgãos públicos e políticos, cujos objetivos e as intenções são amplamente na esfera social e comercial. Pois determinar que um bem é patrimônio abrange conhecimentos e estudos específicos da determinada região, no qual é e avaliado e determinado os pontos negativos e positivos, para depois ser aprovado pelos órgãos estaduais ou federais, como o IPHAN( Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Portanto, essa região de Jaguarão, não só foi aprovada, como vem sendo referência na área patrimonial.

### **2.3 Um bem transfronteiriço: Ponte Internacional Mauá**

A partir desse sub-capítulo, a história da Ponte Internacional Mauá será apresentada desde sua criação até seu reconhecimento como bem patrimonial, porém durante o tempo de pesquisa da Ponte, encontrei algumas dificuldades que serão observadas no texto, como a deficiência na utilização de fontes e bibliografias, devido às poucas obras referentes a essa temática de estudo.

Dentre esses bens materiais tombados pelo IPHAN na cidade de Jaguarão, destaca-se a Ponte Internacional Mauá, para Evérton Matos<sup>20</sup>, a obra da Ponte Internacional Mauá foi resultado de um acordo estabelecido no dia 22 de Julho de 1918 entre o Brasil e o Uruguai. Conforme Eduardo Soares,

Para execução da obra foi proposta a utilização de uma dívida que o Uruguai tinha para com o Brasil decorrente dos empréstimos durante a Guerra do Prata ( ou contra Oribe e Rosas, 1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1865- 1870).” ( SOARES, 2005, p. 21).

De acordo com a citação, foi feito um tratado para criação da Ponte Internacional Mauá, nesse episódio utilizou- se de uma dívida de guerra que o Uruguai tinha com o Brasil, como pagamento para sua construção. Também nesse momento, ficou estipulado o valor da obra, sendo o mesmo do empréstimo. Com base nisso, não demonstrou somente alianças entre

---

<sup>20</sup> MATOS, Evérton. Brasil e Uruguai: Uma dívida que virou Ponte. PUC, Uruguiana, 2008. p. 5.

os dois países, da mesma forma, evidenciou interesses sociais e políticos distintos, pela cobrança da dívida.

As primeiras ações relativas à construção da Ponte Internacional entre as cidades de Jaguarão e Rio Branco são do ano de 1875, quando a proposta de criação de uma Ponte era objeto de atenção da Câmara Municipal de Jaguarão. Luciana da Costa cita:

A solicitação encaminhada ao governo Imperial, acompanhada de cerca de 200 assinaturas de jaguarenses, com um pedido de construção de uma Ponte internacional a ligar as duas comunidades fronteiriças, mas sem êxito, permaneceu como intenções” ( COSTA, 2011, p. 126).

A citação de Costa leva a pensar que a população estava empenhada para esta construção, através da arrecadação de assinaturas. Além disso, era grande a expectativa e necessidade de sua criação, pois facilitaria o deslocamento e o contato entre os dois países. Pena que a primeira tentativa não teve êxito, porém novas iniciativas surgiam.

Em 1913, o então Presidente do Estado, Carlos Barbosa<sup>21</sup>, demonstrou forte interesse na construção de uma Ponte entre Jaguarão e Rio Branco, apesar disso, essa segunda iniciativa não teve seguimento também. Porém, de acordo com Soares<sup>22</sup>, chegou às mãos de Carlos Barbosa um esboço desenhado da Ponte sobre o rio, assinado pelo engenheiro Rudolf Ahrons, o que comprova que o mesmo tinha o propósito de seguir adiante com a ideia. Acredita-se que pela semelhança com o antigo projeto, este tenha servido de inspiração ao futuro projeto da ponte do engenheiro uruguaio Quinto Bonomi<sup>23</sup>.

Para Soares<sup>24</sup>, o custo total da arquitetura na época foi de cinco milhões de pesos uruguaio, esse valor tinha por intenção não somente a construção da Ponte, mas de um Instituto do trabalho de caráter binacional, com finalidade educacional para brasileiros e uruguaio, assim sendo, demonstra-se a preocupação dos políticos e do governo de interligar

---

<sup>21</sup> Carlos Barbosa Gonçalves foi fundador do partido Republicano em Jaguarão. Médico e político do Estado.

<sup>22</sup> SOARES, 2005, p. 25.

<sup>23</sup> Quinto Bonomi ( filho) foi nomeado engenheiro chefe, responsável pela direção e fiscalização da obra. SOARES, 2005, p. 49.

<sup>24</sup> SOARES, op. Cit., p. 27

as fronteiras, através do contato educacional e mútuo entre as comunidades. Porém em 1920 devido a problemas na elaboração do projeto, esse instituto foi substituído pela construção da linha férrea, possibilitando assim futuramente o tráfego de trem entre os dois países.

Em 1919 foi aceita a proposta de criação pela Câmara Municipal e em 1921 foram entregues os planos de projeto referente à obra, logo após, havendo a abertura do processo de licitação para as firmas do âmbito da construção. Em 1925 foi selecionada a firma carioca E. Kemnitz e Cia. Ltda para execução da obra, tendo por engenheiros responsáveis o uruguaio Quinto Bonami e Roque A. Aita.

A despesa total da criação foi do Uruguai, país vizinho. A obra, por sua vez, recebeu este nome de Ponte Internacional Mauá, devido à influência do banqueiro Barão de Mauá<sup>25</sup>. O autor Matos evidencia,

O nomeado Irineu Evangelista de Souza, futuro Barão de Mauá, como Plenipotenciário Platino. Este, por sua vez, era um grande estrategista e surgia como um dos homens mais ricos do Império, sendo o financiador do dinheiro que foi emprestado ao Uruguai. (MATOS, 2008, p. 12).

O banqueiro Irineu Evangelista era conhecido na região sul, pelo seu trabalho de empreendedor, financiador e negociante. Era dono do Banco Mauá e o mesmo tinha contato com diferentes grupos sociais e países. De acordo com Jorge Caldeira,

Escrevia primeiro as mais formais. Esse item incluía a correspondência com chefes de Estado e autoridades dos países onde tinha empresas, senadores e ministros brasileiros, banqueiros europeus. A maioria das cartas que recebia de políticos e financistas trazia pedidos de pequenos favores, provas de atenção e respeito - e também informações privilegiadas, dados de projetos sigilosos de governantes e empresários concorrentes, as últimas da política ou os derradeiros boatos das guerras. Com isso, ele tinha o bastante para reordenar seu mundo a cada dia. Nas respostas, passava informações dos inimigos aos aliados, autorizava mimos e favores, fazia propostas de negócios, dava conselhos sobre a guerra e a paz, sugeria

---

<sup>25</sup> Irineu Evangelista de Souza foi banqueiro, ministro da justiça, presidente da comissão da praça de comércio do Rio de Janeiro e deputado. CALDEIRA, João. Mauá, empresário do Império, 1995, p. 505.

políticas. Sabia da importância do que escrevia. De seu punho podiam nascer leis no Uruguai, movimentos de tropas na Argentina, um novo ministro no Brasil, uma grande tacada na bolsa de Londres. ( CALDEIRA, 1995, p. 15).

Como resultado desse apoio e tratado da dívida, a Ponte Internacional Mauá foi construída entre 1927 e 1930, feita com concreto armado e com técnicas inovadoras para o período, que permitiu o seu bom estado físico até os dias de hoje<sup>26</sup>. Sendo assim, conforme Soares, o depoimento de Policarpo Melgar, uruguaio que trabalhou na construção e no transporte de todo o material, justifica,

[...] Por via fluvial, através da lagoa dos patos, lagoa merim e Rio Jaguarão, desde o porto de Rio Grande. Se descarregava em San Servandro, frente a charqueada e desde ali levavam em grandes lancha. Até o lugar de trabalho, eram várias lanchas que levavam transportando material e trazendo areia de todas partes” ( SOARES, 2005 p. 162, tradução nossa).

O objetivo da proposta de construção da Ponte Internacional Mauá era facilitar a atividade econômica, pois a obra tinha por finalidade promover o transporte de pessoas e mercadorias, auxiliaria no controle da fiscalização e na cobrança de taxas alfandegárias nessa região de fronteira. No acordo, a criação da Ponte Internacional Mauá, deveria servir para todos os fins de trânsito e tráfego de pessoas e veículos de qualquer classe. Para mesma ser construída foi necessário desapropriar imóveis junto às cabeceiras do Rio em ambos os lados, pois se trata de uma edificação enorme que provavelmente mexeria com as estruturas territoriais dos países.

Ao fazer uma análise das construções e obras percebe-se, que no mesmo período de construção da Ponte houve um momento de expansão e a cidade presenciou a construção de diversos novos edifícios, muito deles executados pela mesma construtora da Ponte. Nesse caso, se constata a importância de sua construção para o desenvolvimento da região nesse período.

---

<sup>26</sup> Em anexo A, uma fotografia da construção da Ponte Internacional Mauá.

A execução da mesma para o autor Schlee<sup>27</sup>, trouxe para Jaguarão um número significativo de trabalhadores “Gente que transformou radicalmente, por alguns anos, a economia local”. Além disso, neste mesmo período, aumentou a navegação no Rio Jaguarão, devido o transporte de materiais necessários para a obra, que chegavam de todos os lugares do Mundo.

Em 30 de Dezembro de 1930 foi inaugurada a Ponte Internacional Mauá, a cidade estava em festa e a solenidade de inauguração contou a presença de autoridades civis e militares brasileiras e uruguaias, como também da população. O ato simbólico foi realizado pelos Ministros das Relações Exteriores e representantes dos governos dos dois países, Rufino Dominguez (uruguaio) e Maurício Lacerda (brasileiro). Nesse episódio, Costa garante, que a ponte foi decorada com fitas entrelaçadas de cores das Bandeiras do Brasil e Uruguai, “para representar a união entre os dois países”<sup>28</sup>.

Para um maior entendimento da extensão da mesma, apresentarei a seguir alguns dados gerais de sua arquitetura. A Ponte Internacional Mauá tem comprimento total de 2.113, 86 metros e largura de 10,25 e 13 metros nos acessos uruguaios e brasileiros. Também toda a obra é formada de nove arcos e apresenta trilhos de duas bitolas para o transporte ferroviário. Com relação ao limite de domínio dos dois países, está representado através de um marco físico construído no eixo da ponte, esse limite delimita também o poder de atuação no que se refere às ações de manutenção de cada país. Desde o início da obra até o ano de conclusão, estima-se que tenham trabalhado na construção cerca de 6.125 operários de distintas nacionalidades<sup>29</sup>.

Após todos esses dados sobre sua estrutura, relembremos então, primeiramente, que a Ponte Internacional Mauá teve um valor utilitário e funcional para o desenvolvimento da região, facilitando o transporte de carne e no comércio de seus derivados, cuja influência ainda é marcante na cultura local, pois a região continua sobrevivendo do setor primário. Hoje em dia, abrange também o comércio de eletrônicos e importados, vendido através da

---

<sup>27</sup> SCHELEE, Andrey Rosenthal. A Ponte. 2001, p. 8.

<sup>28</sup> COSTA, Luciana. Turismo e paisagem cultural: para pensar o transfronteiriço. Caxias do Sul, 2011, p.130.

<sup>29</sup> SOARES, Eduardo Alvares. Ponte Mauá uma história. Porto Alegre; E. A.S.S/ Evangraf, 2005, p. 115.

popularização e mercalização de free shops no lado uruguaio. Segundo o dossiê<sup>30</sup> de tombamento da cidade: “Jaguarão recebe diariamente a visita de habitantes de diversas partes do Rio Grande do Sul e outros lugares, que se dirigem ao Uruguai para fazer compras”. Como também é utilizada para cruzamento diário de mercadorias e pessoas, sua plataforma é apropriada por algumas pessoas para praticar caminhadas e corridas, desde práticas usuais a corriqueiras. Everton Matos destaca as relações sociais entre os dois países em sua citação,

A obra uniu duas cidades fronteiriças, integrando Brasil e Uruguai, aprofundando laços de amizade, suscitando o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, contribuindo para a aproximação comercial” (MATOS, 2008, p. 5).

De acordo com o vídeo<sup>31</sup> da Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul em 2010 / Proposta de proteção de bem Patrimonial no âmbito do Mercosul produzido pela Comissão, A Ponte Internacional Mauá, “ trouxe como resultado a modificação do sistema de transporte naval para o ferroviário, interligando a cidade com Rio Branco- Uruguai através do estabelecimento de grande fluxo comercial”. Podemos perceber, portanto, que a execução e conclusão da obra em 1930 potencializou a economia da região, em especial o agronegócio, que em decorrência do fluxo econômico promovido a partir da ponte passou a se expandir internacionalmente, também através da intensificação do intercâmbio com o país vizinho pela conexão da malha gaúcha com Porto de Montevidéu/UY.

Passados 83 anos da sua construção, a Ponte Internacional Mauá ganha destaque novamente ao tornar-se o primeiro patrimônio binacional reconhecido pela Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul<sup>32</sup> em 2010, aprovado pelo seu valor histórico, tecnológico, artístico e paisagístico, abrangendo desde o contexto de sua criação até um elemento de destaque na leitura da paisagem da cidade. Em 2011 é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo inscrita nos livros de tomo

---

<sup>30</sup> Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão/ RS, 2010, p. 11.

<sup>31</sup> Vídeo de apresentação para o Tombamento Binacional da Ponte Mauá. Reunião de Comissão ao Patrimônio Cultural do Mercosul. Buenos Aires, 2010. Link <http://www2.cultura.gov.br/site/2012/11/14/ponte-internacional-barao-de-maua/>

<sup>32</sup> MERCOSUL é um acordo entre países da América do Sul, que visa criar uma maior integração de suas economias.

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Belas Artes, tornando assim o primeiro bem patrimonial brasileiro transfronteiriço. Segundo Costa, esse tombamento é justificado pelo IPHAN por ser,

A primeira obra de infraestrutura construída por meio da união entre os dois países vizinhos, enquanto que as demais obras realizadas até então tinham o intuito de consolidar a separação, a proteção e a garantia de soberania nacional sobre os territórios fronteiriços” [...] “ A proposta de tombamento desse bem, vem no sentido não de diferenciar nossa cultura das demais países da América do Sul e afirmar uma identidade nacionalista, mas ao contrário, de reconhecer a quão próximos somos dos nossos vizinhos” ( COSTA, 2011 p. 132).

Ao obter o estatuto de patrimônio cultural, o referido bem ganhou um valor histórico, simbólico, arquitetônico e material, cujas representações figuram no imaginário coletivo e no meio turístico, através das constantes imagens da Ponte em suvenires, folhetos turísticos, em poemas, entre outros, assim como no cotidiano dos moradores, ao passar e visualizar a mesma. Inclusive sua imagem está presente no escudo oficial de Rio Branco, no arco da entrada da cidade. Sendo assim, o que passa a ser considerado como patrimônio cultural é resultado de uma construção social, muitas vezes restrita às decisões de um determinado corpo técnico, como o IPHAN que avalia e determina a importância do bem, são indivíduos que na maioria das vezes, tem cargo políticos e influências no meio local.

Em 2000 foi firmado um novo acordo entre os dois países, com o objetivo de determinar a construção de uma segunda Ponte sobre o rio Jaguarão, a proposta designa do decorrente fluxo de veículos de carga que cruzam diariamente pela mesma, sobrecarregando sua estrutura e causando congestionamento. Essa nova ponte tem por finalidade a concentração de veículos de cargas pesadas, como caminhões e ônibus e a antiga ponte, apenas para veículos leves, carros e motos. Este projeto está sendo elaborado pelo Departamento Nacional de infraestrutura de Transporte do Brasil (DNIT). A construção da nova ponte faz parte do projeto de integração e compromisso dos governos brasileiros e uruguaios, a proposta é que seu custo seja dividido em 50% entre os dois governos, e 50 % na iniciativa privada, estando seu custo final estimado em 14 milhões de dólares. Acredito que essa nova construção traga, além de agilidade, mais praticidade no cruzamento até o Uruguai, diminuindo assim os acidentes e o fluxo na antiga Ponte.

Com base nesses fatores do patrimônio, podemos perceber um pouco do processo de preservação e construção desses bens no contexto patrimonial do Município, bem como sua importância para a comunidade local e para narrativa histórica/presente/futura da cidade. A partir desse contexto, é que passei a me interessar em pesquisar sobre a Ponte Internacional Mauá como objeto de investigação, desde a sua construção a seus presentes impactos no Município, assim como, os efeitos da patrimonialização oficial com ênfase na trajetória do projeto de tornar a ponte um patrimônio, a fim de poder analisar e conhecer a construção desse patrimônio.

Concluo caracterizando um aspecto negativo na narrativa desse sub-capítulo, as variadas repetições de citações do mesmo autor, Eduardo Soares, o porquê de mencionar Soares, está ligado ao fato do mesmo ser o único autor que retrata toda a história da Ponte, ressaltando que o trabalho de Soares não é do meio acadêmico, pois o mesmo é advogado, não historiador profissional, deste modo, para caracterizar a Ponte Internacional Mauá preciso fazer referência ao mesmo. Sendo assim, é necessária a atribuição de novas pesquisas sobre a história deste bem. Para conversar sobre patrimônio é preciso estudar seus conceitos, desde sua origem até suas mudanças mais recentes, portanto, no próximo capítulo desse trabalho será analisado conceitos chaves sobre o patrimônio.

### 3. O PATRIMÔNIO

Para dialogar sobre patrimônio é fundamental aprender os conceitos patrimoniais, desde seus primórdios com o significado de sua palavra até o seu uso na contemporaneidade, que abrange variadas formas de pensar o tema, então nesse capítulo almejo abordar as definições de patrimônio e relacionar com o nosso objeto de pesquisa a Ponte Internacional Mauá.

#### 3.1 O Processo conceitual de Patrimônio

Este sub-capítulo tem por objetivo conceituar o patrimônio, permeando diretrizes para a discussão que norteará a análise do patrimônio aqui trabalhado, para tanto vamos demonstrar o desenvolvimento teórico patrimonial a partir do uso de autores/as com diferentes perspectivas sobre o conceito.

Os conceitos de patrimônio vêm se modificando com o passar dos anos, devido às novas concepções de pensar o patrimônio, influenciada pelas práticas da mundialização e do avanço na tecnologia. Quando nos referimos à palavra patrimônio, logo pensamos em convicções do senso comum, como algo material, herdado e privado, pertencente a nós mesmo. Essa visão individualista é baseada em um sentido mais tradicional de refletir o patrimônio, sendo visto como algo antigo, concreto e com um valor cultural instituído. Mas a seguir, vamos perceber que falar sobre patrimônio não é uma tarefa fácil, pois envolve formas distintas de diálogo.

Para os autores Pedro Funari e Sandra Pelegrini<sup>33</sup>, a palavra patrimônio deriva do latim e significa herança paterna, entre os antigos romanos, o patrimônio era patriarcal, individual, privativo e aristocrata<sup>34</sup>, herdado de pai para filho. Com a difusão do cristianismo na Idade Média o conceito de patrimônio abrangeu outras características, como simbólico e coletivo: o religioso, no viés de culto e coleção aos monumentos e as obras religiosas. Porém para tratar as futuras mudanças nesses conceitos, se fazem necessários conhecer um pouco da Legislação patrimonial e suas influências no processo conceitual.

---

<sup>33</sup> FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zart Ed. 2009, p. 3.

<sup>34</sup> Aristocracia significa nobreza, é uma forma de organização social e política em que o governo é monopolizado por uma classe privilegiada.

Em 1910, durante o período da República, alguns setores da sociedade começaram a se preocupar com bens artísticos e arquitetônicos representativos da cultura brasileira. Pois, queriam conter a destruição e evasão de obras de arte para o exterior, sobretudo as de estilo barroco, como consequência da expansão do mercado internacional de antigüidades. Após entre os anos de 1917 e 1925, foram apresentadas proposições legislativas, no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de se criar órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico nacional. Mas só a partir de 1930 no Governo centralizador de Getúlio Vargas é que o poder público começou a destacar determinados “lugares de memória”, em que ocorreram grandes feitos “heróicos” de nosso passado, para o governo esses lugares deveriam ser preservados para legitimar a narrativa de conflitos e grandes heróis. De acordo com o órgão governamental, eram locais capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria. Conforme Bóris Fausto,

Inicia-se um processo de centralização política que levará a formação de um Estado de viés nitidamente autoritário e centralizador. A construção da nacionalidade adquire novos contornos, com a comemoração de efemérides nacionais e a edificação de monumentos cívicos, prática esta já iniciada desde os anos 20, cujo ponto alto foram as festas alusivas ao Centenário da Independência do Brasil.( FAUSTO, 2010, p. 333).

Com isso, em 1930 surgiu à ênfase no patrimônio e na Legislação Patrimonial de proteção no Brasil<sup>35</sup>, com a divulgação de um decreto-lei que visava organizar o patrimônio histórico e artístico brasileiro, a lei foi elaborada pelo conselho consultivo que define o patrimônio. A partir dessa lei, a discussão sobre o patrimônio intensificou nas esferas nacionais, por causa da busca pela identidade nacional. E também pela substituição das importações e das reivindicações do movimento modernista no que dizia respeito ao nacionalismo e a dependência cultural. Esses aspectos foram traduzidos na preocupação com o patrimônio histórico e artístico, praticado pelas elites nacionais, principalmente pelas elites urbanas em oposição às elites rurais. Portanto, quem comandava realmente o patrimônio eram pessoas com influências políticas e de grande poder aquisitivo, as quais conseguiam mesclar seus interesses de preservação a episódios que diziam ser importantes, como a fatos memoráveis.

---

<sup>35</sup> CARVALHO, Antônio Carlos. Preservação do patrimônio histórico do Brasil: Estratégias. Revista eletrônica do Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4, 2011, p. 117. Carvalho é doutor em História na Unirio.

Nesse contexto de Estado Novo e nacionalismo, em consequente, no ano de 1936 , Mário de Andrade foi convidado pelo Ministério da Educação e Saúde para elaborar o anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional – SPHAN, que em sua essência, já revelava a preocupação do artista modernista de 1922 com a defesa de bens culturais de identidade nacional. No anteprojeto já apontava a preocupação com o caráter didático e educativo do patrimônio, como afirma Marlize Giovanaz<sup>36</sup> “preservação de diversidade cultural, uma perspectiva etnográfica da cultura e um equacionamento entre o erudito e o popular”. Como é visto que previa uma intenção de patrimônio que abrange a importância de transmitir o conhecimento patrimonial para outras classes sociais.

Porém, a configuração final ao projeto se desenvolveu com o Decreto 25, de 30 de dezembro de 1937, assinado pelo Governador da época, Getúlio Vargas. Nascia então, o primeiro instrumento jurídico brasileiro a tratar do patrimônio histórico e artístico, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Nesse decreto o órgão tinha por objetivo,

Constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por se achar vinculados a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu exponencial valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (Decreto 25, 1937, Art. 1).

Com base nesta abordagem, a proposta inicial do SPHAN foi a de salvaguardar bens monumentais brasileiros, de valor excepcional e materiais, sendo este relacionado a fatos memoráveis importantes para a história do Brasil, com o intuito da preservação patrimonial nacional. Nesse momento, também é importante lembrar que a partir da criação do SPHAN, outros órgãos, passaram a ter a intenção de preservar e guardar a memória nacional, não somente os Institutos Históricos Geográficos. Posteriormente o SPHAN modificou seu nome em 1970, tornando IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional).

---

<sup>36</sup> GIOVANAZ, Marlize. Mário de Andrade: ativista da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, 2002, p. 212.

Na contemporaneidade, o patrimônio é designado também como patrimônio cultural. Segundo Fausto, a época do governo de Emílio Médici, na década de 1970, “foi um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, na história da ditadura brasileira”<sup>37</sup>. Nesse contexto preocupante de ditadura militar, o IPHAN começou a ampliar o conceito de patrimônio à medida que incorporou a idéia de bem cultural, do qual fazem parte as manifestações populares e bens ligados a outros grupos sociais, além da burguesia. Assim, o recorte de bens protegidos passou a representar o patrimônio cultural, não só histórico e artístico. Conforme o site do IPHAN, o patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis e objetos oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Porém há autores que diferenciam essa combinação, como Xerardo Pereiro afirma,

O património cultural tende a ter um sentido público, comunitário e de identificação coletiva alargada. Pelo contrário, o património, ainda que às vezes se utilize com o sentido de património cultural, tem um sentido mais restrito, familiar e individual, fazendo mais referência ao contexto privado e particular. ( PEREIRO, 2006, p 2).

Como poderemos analisar na citação, o patrimônio prevalece como algo individual e privado. Algumas década depois, em 1985 o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos<sup>38</sup>), reunido no México, cria o artigo 216 da Constituição Brasileira, reformulado em 1988. O novo artigo inaugura uma visão mais ampla sobre o tema, pois não dá referência a patrimônio como algo exclusivamente relativo ao passado, garantindo assim os plenos direitos a patrimonialização daquilo que é relevante à identidade e ao reconhecimento de comunidades ou indivíduos, através de expressões culturais e históricas do passado ou deste tempo. Consta na declaração:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais

---

<sup>37</sup> FAUSTO, Bóris. História do Brasil- 13. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 483.

<sup>38</sup> <http://www.icomos.org.br/>

e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (Declaração do México, 1985, p. 4).

Através da citação da declaração do México, podemos refletir sobre mudanças positivas na maneira de se pensar o patrimônio, agora não somente no enfoque a fatos memoráveis, mas em formas culturais, como as crenças e costumes. Posteriormente em 2000, o IPHAN institucionalizou a prática da proteção e promoção do patrimônio imaterial (ou seja, as festas, tradições, lugares, modos de fazer etc.), por meio do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ao Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Com base nisso, surgiu duas divisões no patrimônio cultural, a material e imaterial. Na cidade de Jaguarão a patrimonialização abrange o patrimônio material, porém ações vêm sendo realizadas para abarcar também o patrimônio imaterial. Como apontado anteriormente, é o intuito das rendeiras, as quais pretendem oficializar a sua experiência no trabalho de rendas na cultura imaterial.

O Patrimônio Cultural é o conjunto de bens materiais e/ou imateriais, que contam a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais e festas. Uma das principais fontes de patrimônio cultural são os sítios arqueológicos que possibilitam a revelação sobre a história de civilizações. Através do patrimônio cultural<sup>39</sup> é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local e com a sua própria história.

O autor Olgário Vogt<sup>40</sup> classifica em sua obra as duas divisões do Patrimônio Cultural. Para o pesquisador o Patrimônio Material diz respeito a maneiras de vestir, hábitos alimentares, instrumentos musicais, obras de arte, técnicas construtivas, monumentos, máquinas e equipamentos, móveis, moedas e outros bens de uma sociedade. Já o Patrimônio Imaterial é constituído por canções, crenças, celebrações, ritos, lendas; por saberes que passam de uma geração para outra, como as formas de cultivar e as maneiras de produzir, a linguagem para se comunicar; por manifestações cênicas, lúdicas e plásticas; por lugares e

---

<sup>39</sup> Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico: Como e porque preservar?. 2008, p. 15.

<sup>40</sup> VOGT, Olgário. Patrimônio Cultural: um conceito em construção. MÉTIS: história & cultura. p. 14.

espaços de encanto e de convívio e encontro de uma sociedade. De acordo com a contribuição de Vogt é possível identificar de forma clara os diferentes modos do Patrimônio Cultural, pois o material reflete em solidez e o imaterial ao imaginário.

A Ponte Internacional Mauá é um patrimônio cultural material, por se tratar de uma construção relacionada a fatos históricos, que determinou a união entre os dois países, cuja narrativa está fragmentada em acordos e conflitos políticos da região platina, bem como teve influência positivamente no comércio, na cultura e na sociedade local. Essa dominação se fragmentou através da trocas de convívio mútuo entre as duas nações, nesse espaço de fronteira, tanto que este bem foi analisado e reconhecido através de seu tombamento em 2011 pelo IPHAN. Mas este bem traz também aspectos referentes da cultural imaterial, como o imaginário social criado em torno dela, como um monumento.

Vários autores trabalham com o Patrimônio Cultural. Para o escritor Llourenç Prats<sup>41</sup>, “Conceito de patrimônio cultural, entendido como tudo o que a sociedade considera digno de interesse de conservação, independentemente da utilidade ” ... "O patrimônio cultural é uma invenção e construção social”. Para o autor então, o patrimônio cultural é uma construção social, que se constitui em meio a relações de forças políticas, práticas sociais e disputas de vários segmentos pelo direito à memória. De acordo com Jacques Le Goff, a apropriação do uso e do local pela comunidade é o que mantém preservada a memória<sup>42</sup>. A historiadora Marisa Veloso<sup>43</sup>, vai além ao conceituar o patrimônio cultural, para ela, “o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas a que diversos atores comparecem construindo um discurso que se seleciona, se apropria de práticas e objetos e as expropria”. A autora evidencia a perspectiva dos órgãos institucionais em dominar o entendimento de um bem por meio de seu discurso, influenciando os grupos sociais sobre a sua cultura e seu patrimônio, para que os mesmo possam reconhecer aquele objeto como do povo, assim o órgão legitima como um bem cultural.

---

<sup>41</sup> PRATS, Llourenç. O conceito de patrimônio cultural. 1998, p. 63.

<sup>42</sup> A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e memória. Trad. Irene Ferreira, Campinas, 2008, p. 419.

<sup>43</sup> VELOSO, Maria. O fetiche do patrimônio. 2006, p. 438.

Uma vez que o patrimônio cultural é sempre uma construção social, ou seja, não é algo dado e há a necessidade de analisarmos a sua invenção nos diferentes grupos sociais a luz da história, pois de acordo com Zita Possamai<sup>44</sup>, “ao analisarmos e tencionarmos esse conceito a partir da História é possível problematizar através das diferentes representações sociais sobre um determinado bem considerado de relevância para um coletivo os simulacros de memória, cabe a história indagá-los, questioná-los e não reverenciá-los ou celebrá-los”.

Daí a relevância do papel do historiador em relação ao Patrimônio, por isso exponho a necessidade de descobrir e questionar a trajetória da Ponte a Bem patrimonial e não apenas celebrá-la e divulgá-la sem saber as opiniões da comunidade. Para isso há que se considerar o conceito de ressonância como um segundo aspecto a ser considerado nessa análise. Sobre esse conceito Possamai<sup>45</sup> abrange o que foi dito anteriormente e a importância da reflexão sobre, até que ponto, os bens considerados patrimônios possuem ressonância junto à população o que suscita novos olhares e debates que abrangem não somente o corpo técnico responsável pela preservação e seleção dos bens culturais, uma vez que é preciso que a apropriação de um patrimônio leve em conta,

que tornar patrimônio um determinado bem, por uma agência de Estado, não garante sua valorização pela população, por exemplo. O olhar técnico especializado nem sempre, para não dizer quase nunca, é compartilhado com outros sujeitos na sociedade. (POSSAMAI, 2013, p.90.).

O patrimônio e suas variadas representações são de total importância tendo em vista a diversidade cultural, através da participação coletiva e distintas opiniões sobre o patrimônio, que levará a vários pontos de vistas. Para Funari e Pelegrini, é importante questionar sobre os seguintes aspectos: “Quem se beneficia? O que para alguns é patrimônio, para outros não é, valores e considerações sociais mudam com o tempo, por isso convém analisar como o patrimônio é visto ao longo dos tempos e por grupos sociais”<sup>46</sup>. Ou seja, o patrimônio modifica com a construção social, este é de todos/as e todos/as devem problematizar essa questão.

---

<sup>44</sup> POSSAMAI, Zita. Patrimônio e Identidade: Qual o lugar da história?. Ensino de história no Conesul-Patrimônio, territórios e fronteiras. Jaguarão, 2013, p. 89.

<sup>45</sup> POSSAMAI, Zita. Patrimônio e Identidade: Qual o lugar da história?. Ensino de história no Conesul-Patrimônio, territórios e fronteiras. Jaguarão, 2013, p. 90.

<sup>46</sup> FUNARI, Pedro. PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 10.

Portanto é importante ressaltar as distintas formas de averiguar e compreender aspectos ao patrimônio, modeladas a fatores sociais, culturais e econômicos de diferentes grupos sociais. Sabe-se que a tendência futura é abranger mais conceitos e categorias para o mesmo, de acordo com o crescimento social e cultural. Logo, o que define o patrimônio é uma construção social de uma determinada identidade, servindo assim para preservá-la. A descrição de quem define o sentido do patrimônio é muito contraditória, por um lado a questão coletiva, todos/as fazem parte do “dito” patrimônio, então nessa visão supostamente todos/as definem. Mas na prática não é bem assim que acontece, em termos comerciais e sociais, faço a minha opinião a do autor Prats<sup>47</sup>, de quem define é “Nos planos da realidade social, devemos falar que, em todo caso, não ativa quem quer sim quem pode”.

Sendo assim, Prats caracteriza que só quem pode e tem poder para tanto, define o patrimônio, pois relativizar e argumentar sobre patrimônio na atualidade é uma questão restrita a um campo social, por ser tratar de um aspecto acadêmico, caro e comercial. Ao dialogar sobre o propósito comercial do patrimônio, a autora Veloso<sup>48</sup> destaca do risco de transformar o “patrimônio cultural ou o bem patrimonial em mercadoria, como outra qualquer, um fetiche. Como um produto “coisificado”. De acordo com ela, o patrimônio comercial cresce aceleradamente, o bem patrimonial está se tornando um objeto qualquer e uma mercadoria muito cara. Um exemplo disso, seria o valor das entradas em museus, o custo de manutenção, o caráter simbólico e produtivo, as relações de poder sobre um bem ou determinado espaço. Todo esse momento deve-se a modernização, onde as classes sociais estão se desenvolvendo e a procurando por cultura, comprando e viajando de acordo com o seu acréscimo financeiro, acarretando no grande fluxo patrimonial.

Contudo, a ampliação do campo e conceitos sobre o patrimônio, bem como suas particularidades específicas, surgiu à necessidade de proteger e preservar estes bens, para futuramente ser utilizados como referência de estudo e pesquisa. Há uma preocupação mundial em preservar os patrimônios históricos da humanidade, através de leis de proteção e restauração que possibilitam a manutenção das características originais. Mundialmente, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação) é o órgão

---

<sup>47</sup> PRATS, Llourenç. O conceito de patrimônio cultural. 1998, p. 33.

<sup>48</sup> VELOSO, Maria. O fetiche do patrimônio. 2006, p. 440.

responsável pela definição de regras e proteção do patrimônio histórico e cultural da humanidade.

No Brasil, existe o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Este órgão atua, no país, na gestão, proteção, preservação e tombamento do patrimônio histórico e artístico no Brasil. E no Rio Grande do Sul o IPHAE( Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual) tem o mesmo objetivo, porém no Estado, muitos dos bens patrimoniais da cidade de Jaguarão são administrados por ambos os órgãos.

### **3.2 Bens culturais: Atos distintos, preservar ou tomar?**

Esse sub-capítulo tratará de evidenciar as definições de bens culturais, preservação e tombamentos, bem como aspectos referentes ao mesmo, como: o que é? O porquê fazer? Quem faz?.

Bens culturais são todos os elementos naturais, materiais ou imateriais, capaz de traduzir o momento cultural ou natural de grupos sociais ou de ecossistemas. Para Beatriz Machado<sup>49</sup> bens culturais é todo vestígio de ação humana, que possui uma significação cultural. O valor cultural de um bem consiste em sua capacidade de estimular à memória das pessoas historicamente vinculadas a comunidade local, contribuindo para garantir sua identidade cultural e melhorar sua qualidade de vida. A partir disso, bens culturais são considerados todos os objetos ou manifestações sociais influenciadas pelas ações humanas.

Como exemplo da preocupação do Estado em relação aos bens busca-se a preservação dos mesmos em casos de conflitos, como vimos em 1954, ocorreu em Haia, a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais<sup>50</sup> em caso de Conflito Armado. Os países assinantes do documento internacional se comprometeram, em caso de confronto bélico, a salvaguardar e a proteger os bens culturais dos países contratantes, atualmente a proteção se desenvolve por meio da preservação e tombamento dos bens patrimoniais.

---

<sup>49</sup> MACHADO, Beatriz. MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004, p. 14.

<sup>50</sup> [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

Preservação é a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra, com o propósito de prolongar e proteger o bem. É também a consciência, a mentalidade e a política coletiva ou individual formada por indivíduos, com a intenção de proteger e preservar o patrimônio.

Mas o que é o porquê preservar? São questões, que muitas vezes, observamos corriqueiramente e nunca paramos para pensar como esse processo se desenvolve. Começamos com a pergunta, o porquê preservar? Para o Grupo de Trabalho de Patrimônio, histórico e Arquitetônico,

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. ( Grupo de Trabalho de Patrimônio, histórico e Arquitetônico, 2008, p. 15)

Nesse contexto, a preservação se faz necessária. Com isso, devemos preservar todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou ambiental, que possuam significado histórico, simbólico ou sentimental, e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu, mas sempre buscando alternativas para questionar as formas processuais apresentada pelos órgãos. A educação patrimonial contribui a indagar os métodos de preservando e valorização, pois é através dela, que podemos buscar uma inserção diferenciada no meio patrimonial, não somente com o viés de patriotas e defensores do patrimônio, mas como problematizadores do mesmo.

Mas recentemente o valor e o interesse na preservação ganha novo foco, a consciência humana, a necessidade da diminuição dos impactos criados pelo homem ao meio ambiente, provocados pela produção de bens e pela atividade econômica. Através dessa necessidade de preservação dos bens, dos objetos duráveis, do meio ambiente e entre outros aspectos, que contemplam a nossa história, nossa cultura e nossa memória. Com isso, deve-se estimular a reflexão sobre ações conscientes, que vêm sendo utilizados por projetos na área de educação patrimonial, trabalhos com vínculo acadêmico e institucional, que interage com a comunidade

com a intenção de sensibilizar a população para sua preservação e uso, como também para problematizar e argumentar sobre situações e ações patrimoniais.

A Educação patrimonial é formalizada como política pública na escola nacional, na medida em que o IPHAN recomenda Guia Básico de Educação Patrimonial(1999) para as escolas, com a intenção de fortalecer, o patrimônio como fonte de conhecimento, podendo ser definido também como um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia. Essa ideia permeia na discussão sobre analfabeto cultural, para o autor Fábio Cerqueira,

Isso nos revela como a educação patrimonial pode ser usada tanto para afirmar a dominação social vigente como para desenvolver o senso crítico para compreensão da diversidade cultural, assim como do conflito na História (nessa perspectiva, prefiro pensar em sensibilização para o patrimônio, em vez de educação patrimonial).( CERQUEIRA, 2005, p. 98)

O crescente desenvolvimento da educação patrimonial causa transformações na área da educação, como a necessidade de estudo e sensibilização da sociedade para o patrimônio, através de políticas e práticas pedagógicas de ensino. Em Jaguarão há a existência de trabalhos com a comunidade escolar na área de Educação Patrimonial é O PIBID (Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência)- História subprojeto “Educação Patrimonial” da Universidade Federal do Pampa no Instituto Estadual de Educação Espírito Santo no município de Jaguarão. Neste projeto os/as acadêmicos/as bolsistas ministram aulas sobre patrimônio a crianças e adolescentes, possibilitando a aproximação dos/as estudantes com o patrimônio e a reflexão sobre os bens da cidade como símbolo cultural e não, apenas como elemento turístico. Inclusive durante as aulas perguntas e indagações são discutidas, umas das discussões de interesse dos/as educandos/as são os conceitos trabalhados nesse texto, como o de patrimônio material e imaterial, bens culturais, preservação, tombamento e entre outros, bem como a história dos bens patrimoniais da cidade. Tendo em vista que o conhecimento sobre estes ainda é limitado pela população, a limitação se descreve pela falta de interesse da comunidade e pela pouca comunicação entre órgãos municipais e a sociedade.

A Educação patrimonial surge na escola e na comunidade para ampliar suas potencialidades e instigar o conhecimento crítico das pessoas, buscando fazê-los se

reconhecerem como sujeitos ativos, do meio no qual estão inseridos e promover a aproximação dos grupos com a Universidade e a história de seu Município, através de um ensino instigador, dando continuidade à interação aluno/ academia/ escola/ comunidade e promovendo contribuições neste meio.

Ao falarmos sobre o tombamento revelo que, o termo tombamento tem origem em Portugal, vem da Torre do Tombo<sup>51</sup>, ou do Arquivo (uma das torres do Castelo de São Jorge), onde eram guardados os documentos importantes que hoje fazem parte do Arquivo Central do Estado Português.

O tombamento é um conjunto de ações realizadas pelo poder público, é baseado por uma legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização. Tombamento então é o ato de tomar, ou seja, inventariar, arquivar, registrar coisas ou fatos relativos a uma especialidade ou região, para proteger, assegurar, garantir a existência por parte de algum poder. Esse ato é feito através do estudo local e da elaboração de um inventário, se aprovado em seus aspectos gerais, o bem é tombado.

É importante ressaltar que o tombamento não implica na desapropriação do imóvel e nem determina o seu uso. Maria Fonseca<sup>52</sup> afirma essa idéia, trata-se "uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público relativamente à preservação de valores culturais". Como caracteriza a autora é uma questão de relação de troca, entre o poder público e os proprietários do imóvel, a fim de preservar o mesmo.

O tombamento começou no Brasil em 15 de dezembro de 1975, com o Decreto- Lei nº 6.292, que visava proteger cidades antigas e monumentos que corriam risco, devido à especulação imobiliária e as reformas urbanas. Entre os artistas e intelectuais envolvidos na sua criação estavam Mário de Andrade, Lúcio Costa, Gustavo Capanema e Rodrigo Melo de Andrade. Atualmente essa função é denominada ao IPHAN - Instituto do Patrimônio

---

<sup>51</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2008, p. 133.

<sup>52</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MINC- IPHAN, 1997, p. 115.

Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN possui mais de 20.000 edifícios, 83 conjuntos urbanos e sítios arqueológicos tombados, além de objetos, obras de arte, documentos, etc.

Muitos desses bens tombados pelo IPHAN e pelo IPHAE estão situados na cidade de Jaguarão, o que demonstra o grande valor histórico da cidade. Um desses bens tombados e significativos para história da região é a Ponte Internacional Mauá tombada pelo seu valor histórico, tecnológico, artístico e paisagístico em 2010 e 2011. Dessa forma, a Ponte está intitulada no projeto de preservação e restauro da cidade, porém pouco tem sido feito até o presente momento, acredito que os órgãos Federais e Municipais não tenham visto este bem, como de necessidade e de extrema urgência, pois outros bens já estão sendo restaurados. Com relação à experiência no PIBID de Educação Patrimonial, ficou constatado que, a população percebe o andamento de patrimonialização da cidade, no entanto, não reconhece esses bens como o seu patrimônio, e sim apenas presente no seu cotidiano de vida, como é o caso da Ponte Mauá.

Ao término do sub- capítulo salienta-se que preservar e tomar são atos diferentes, mas ambos contribuem para o processo de patrimonialização. A preservação pode existir sem o tombamento, qualquer indivíduo que queira preservar o seu patrimônio e tenha condições para tanto, pode preservá-lo, através da manutenção dos aspectos interiores e exteriores de cada imóvel ou objeto.

Mas o tombamento é uma imposição legal, porém, sem ele não há garantia real de preservação. Quando me refiro à garantia real, caracterizo que, não estará presente no livro de tomo do IPHAN e nem receberá qualquer ajuda de órgãos governamentais. O procedimento de tombamento é garantir a preservação definitiva do patrimônio, impedindo, por lei, a sua descaracterização/destruição e propiciando a sua plena utilização. Jaguarão faz parte da preservação definitiva, seu tombamento foi justificado por se tratar de um Município que testemunhou grandes invasões e conquistas territoriais entre a Coroa Portuguesa e Espanhola. Desde então, a cidade se impulsiona aceleradamente no âmbito patrimonial.

### **3.3 O Desenvolvimento de patrimonialização urbana**

Esse sub-capítulo tem por intenção demonstrar o desenvolvimento da patrimonialização em Jaguarão. Esse aumento, deve-se entre outras questões, pela grande quantidade de bens patrimoniais preservados na cidade e pela explosão de discussões/políticas públicas, sobre o tema em âmbito nacional.

Jaguarão é um Município da região sul do Estado Rio Grande do Sul, com 28.000 mil habitantes, localizada no extremo sul do país e fronteiro ao Uruguai, o município é visto pelo governo federal como alternativa de travessia internacional pelo rio Jaguarão. Hoje em dia, sua economia é baseada na pecuária, agricultura com predominância da cultura de arroz e comércio diversificado.

Seus principais pontos turísticos são: Ponte Internacional Barão de Mauá uma das maiores obras da fronteira unindo Jaguarão a Rio Branco, a Casa de Cultura Pompílio Neves de Freitas, o Prédio da Estação Férrea, hoje pertence à loja Maçônica, as Ruínas da enfermaria militar, a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, com altares esculpidos a mão, a Igreja Imaculada Conceição em estilo gótico. O Museu Carlos Barbosa Gonçalves com um prédio constituído em 1886 em estilo Neoclássico, com 656m<sup>2</sup>, residência do ex-presidente da província. Dr. Carlos Barbosa, transformada em museu.

Também a Praça Dr. Alcides Marques, o Teatro Esperança, o Mercado Municipal, Hangar da Varig do início do século XX, hoje abandonado, o Cinema Regente, hoje não está em funcionamento, mas permanece aberto para pequenos eventos. O Mercado Público Municipal construído em estilo colonial português, tendo seu formato de “U”, e traz consigo um pátio interno, como o das antigas casas portuguesas. O Cerro da Pólvora, de onde se pode ter uma vista panorâmica da cidade, o Balneário da Lagoa Mirim, do lado uruguaio, um paraíso ecológico. E as ruas, Rua 20 de Setembro, batizada Beira Rio e Rua 15 de Novembro, batizada Rua das Portas;

Na época atual, a cidade de Jaguarão presencia o auge de sua patrimonialização, onde vários de seus bens históricos estão sendo inventariados, tombados, preservados, conservados e restaurados. Esse seguimento deve-se ao campo vasto de edificações e obras distintas caracteristicamente e de grandes proporções sociais, culturais e econômicas do século XIX e XX. Menciono um acervo material e imaterial considerado de um valor simbólico e histórico sem tamanho. Nesse momento esse acervo é analisado, estudado e reforçado por órgãos públicos federais, estaduais, municipais e comerciais. Esse trabalho feito por esses órgãos

deve-se a toda comunidade pertencente ou que se fez pertencente em alguma época a essa localidade.

Para Pereiro<sup>53</sup>, a patrimonialização é um mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos e subgrupos sociais em luta com outros ou também em luta interna ao próprio grupo. Mas, a patrimonialização cabe pensá-la também como um seguro contra o esquecimento, como uma ativação da memória que excita mais memória. A patrimonialização é caracterizada pela junção da quantidade e do ato de preservar e tomar bens, quanto mais bens são reconhecidos em um determinado local, deve-se ao grande processo de patrimonialização. Por isso quando menciono na palavra, cito a cidade de Jaguarão como exemplo, por causa da sua ênfase recentemente na cultura e nos seus bens patrimoniais. Esse termo também é bastante utilizado quando pensamos ações ligadas ao turismo cultural, pois é através de informações e o fato de lembrar, tanto em folhetos turísticos ou não, é que ativamos a nossa memória. Os bens patrimoniais de Jaguarão estão bem presentes em seus folders, banners turísticos e em acessórios, mas por meio da ilustração e pouca informação textual, o que acaba não facilitando a leitura sobre patrimônio.

O Município de Jaguarão é uma das cidades com o maior tombamento em número de imóveis protegidos do Estado do Rio Grande do Sul. Este momento deve-se a consagração de um trabalho iniciado na década de 1980, com o Projeto Jaguar (não governamental), o projeto Jaguar mapeou as edificações de interesse de preservação para a cidade, e posteriormente como resultado, provocou positivamente um convênio entre o Município e a Universidade Federal de Pelotas em 1988, esta relação favoreceu o contato dos órgãos municipais com os órgãos federais.

Os primeiros bens tombados na cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE no começo da década de 1990, foram o Teatro Esperança, Mercado Público, Igreja Matriz do Espírito Santo, Antigo Fórum e Ruínas da Enfermaria Militar. Hoje em dia, a Ponte Internacional Mauá, Cine Regente, Clube 24 de Agosto, Clube Jaguarense, desses muitos são tombados também pelo IPHAN. No momento presente, em 2011 a cidade teve todo seu Centro Histórico e o Conjunto Paisagístico tombado pelo IPHAN,

---

<sup>53</sup> PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. 2006, p. 27.

além do primeiro bem tombado de forma binacional pelo MERCOSUL, a Ponte Internacional Barão de Mauá.

Uma das justificativas do tombamento e preservação de Jaguarão é em razão de, sua área urbana, guardar um acervo considerável de bens culturais com influências espanholas. Conforme o Dossiê de tombamento da cidade,

O conjunto urbano de Jaguarão é um sincretismo de influências portuguesas e espanholas, que resultaram em um projeto urbanístico único, ao qual se soma um conjunto de edificações testemunha dos diversos períodos pelos quais a cidade passou. O acervo conta com edificações coloniais, ecléticas, art-déco e modernistas, que variam em tipologias, formas de implantação e acabamentos, e constituem um conjunto ainda extremamente bem preservado e íntegro. ( Dossiê de Tombamento de Jaguarão, 2011, p. 179)

De acordo com Alan Melo<sup>54</sup>, mais recentemente o Plano Diretor Participativo da cidade incorporou ao plano uma legislação bastante responsiva com seu patrimônio tanto no eixo da proteção como no estímulo para a preservação através de incentivos fiscais, fruto também dos acúmulos do PRIJ ( Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão) e da compreensão coletiva do sentido da proteção patrimonial para o futuro da comunidade. Essa legislação visa condicionar regras aos bens tombados, referentes ao seu procedimento de utilização e uso, com isso, a comunidade venha a se adequar aos parâmetros proposto.

Sendo assim, toda a patrimonialização que a cidade tenha presenciado é típica de um Município em crescimento cultural e histórico. Porém, muitas questões devem ser melhoradas para que esses bens sejam reconhecidos e valorizados pela sociedade local, como por exemplo, a necessidade de uma maior informação textual e divulgação sobre estes bens, como seu andamento a bem patrimonial. Com isso deve-se rever esse método de desvendamento patrimonial pelos órgãos públicos a sociedade jaguarense e aos turistas que freqüentam este local. Percebe-se que a situação já vem sendo alterada através de palestras e seminários com participantes de Universidades e instituições públicas, bem como a formação de trabalhos

---

<sup>54</sup> Alan Melo é professor da Universidade Federal do Pampa, tem formação no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS. Atualmente trabalha com o patrimônio da cidade de Jaguarão.

acadêmicos, dissertações e teses. Mas ainda há muito para se fazer, principalmente com as comunidades mais carentes da cidade, muitas vezes distantes desse fluxo patrimonial.

Deste modo, a comunicação com a comunidade local necessita ser clara e objetiva, através de folders, folhetos, mais palestras que retrate o avanço, pontos negativos e positivos desse movimento, para que todos possam conhecer, argumentar, refletir, criticar e opinar nesse procedimento patrimonial. Partindo do pressuposto, que o papel construtivo de uma sociedade se alimenta de formas participativas, criando áreas de debates às problemáticas de sua meio, essa relevância facilita o crescimento sócio-cultural de um lugar. Depois de, relatar esse processo de patrimonialização, a seguir, no próximo capítulo será destacado a pesquisa e análise do Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá.

#### **4. A PONTE MAUÁ: UMA REFERÊNCIA DE ESTUDO**

O capítulo a seguir, será fundamental para este trabalho, no qual será analisada a trajetória da Ponte Internacional Mauá como um bem Patrimonial, através do estudo do Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá, nosso tema de pesquisa. Para isso, tem por finalidade destacar o método construtivo do dossiê, como sua apresentação, síntese, descrição, sua proposta de tombamento, sua justificativa e seu corpo técnico. A partir desse procedimento, apontar os aspectos positivos e negativos desse processo e por fim, evidenciar a educação patrimonial como possibilidade para futuras mudanças.

##### **4.1 Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá**

O sub- capítulo tem por função mostrar e o expor o dossiê de tombamento da Ponta Internacional, visando descobrir e relatar o procedimento de sua elaboração. Porém alguns assuntos abordados nesse sub-capítulo já foram vistos anteriormente no texto, por causa de muitas repetições e reproduções em obras e biografias desse período e pela escassez de fontes. A seguir, a proposta inicial é demonstrar e descrever o dossiê e logo após, fazer uma análise crítica dos resultados alcançados.

O dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá foi elaborado em fevereiro de 2011 por uma equipe técnica em Brasília no Estado do Distrito Federal. A equipe é formada por sete pessoas, são dirigentes de órgãos públicos, como IPHAN, além disso, por um professor de arquitetura e um assessor de relações Internacionais, conseqüentemente, não há historiador na equipe, um ponto desfavorável para sua elaboração tendo em vista que o papel do historiador é fundamental ao pesquisar e discutir a história de um determinado lugar. O dossiê tem 42 páginas, sendo que oito são ilustradas com variadas imagens da cidade e da Ponte Internacional Mauá, utiliza-se de poucas referências bibliográficas que contam a narrativa da região platina, local e da Ponte Mauá. Esse dossiê é a composição de uma pesquisa e estudo na região, feita por esses órgãos, com a intenção de comprovar o porquê e a necessidade desse bem ser tombado, buscando assim as influencias desse bem para sua região e sociedade local, quando comprovado é tombado, como foi o caso da Ponte Internacional Mauá.

Em sua apresentação<sup>55</sup> o dossiê explica o contexto local, onde essa construção foi edificada e evidencia a importância e o esforço do corpo técnico para o reconhecimento da Ponte como bem patrimonial. Primeiramente revela a localidade do Município de Jaguarão-Brasil e Rio Branco-Uruguai que estão inseridas no contexto da região platina. Após mencionam, os valores atribuídos a essa obra, na qual se relacionam com elementos culturais e de reconhecimento desses dois países. a partir desse motivo o tombamento da Ponte torna-se simbólico e se faz necessário para o crescimento da região. Assim sendo, o Dossiê ressalta que o seu reconhecimento poderá abrir caminhos para uma maior aproximação entre os dois países e outros lugares da América do Sul, também possibilita uma grande diversidade cultural, pois são países de idiomas, costumes e culturas distintas.

A síntese histórica<sup>56</sup> apresentada no Dossiê retrata a ocupação da região, a definição das fronteiras, a navegação e o desenvolvimento portuário da época de colonização. Com relação à ocupação nesse espaço de fronteira, o Dossiê aborda características da região, como disputas e conflitos territoriais. Da mesma forma, informa que a cidade é formada por este contexto, dito já anteriormente, como um município de fronteira abrigando inicialmente, a guarnição militar espanhola. Após esses tumultos entre portugueses e espanhóis, esta localidade abrigou os dois povos que foram oficialmente reconhecidos como povoado, em seguida, Jaguarão se tornou vila e cidade em 1855.

O documento explica que neste período, a economia local era na criação agropecuária e o controle sobre o gado nesta região era difícil, por se tratar de uma região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, de acordo com este, os gados viviam soltos e cruzavam para o outro país a todo o momento<sup>57</sup>. Ao mesmo tempo a população passou a transitar livremente nesse espaço, ocasionando em relações de parentesco. Com isso surgiu às relações comerciais, sociais e culturais entre Jaguarão e Rio Branco.

A navegação e o desenvolvimento portuário se intensificaram conforme o desenvolvimento das povoações, tanto para o abastecimento diário e comercial como para o transporte de pessoas. Com o passar do tempo através da navegação ficou possível ter acesso

---

<sup>55</sup> Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2011, p. 5

<sup>56</sup> Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2011, p. 6-8.

<sup>57</sup> Idem, 2011, p. 7.

aos portos de Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas e com o Oceano atlântico. Tudo que chegava ao porto de Jaguarão no século XIX eram para abastecer os dois municípios, como materiais de construção, mercadorias e comida.

A primeira proposta<sup>58</sup> de criação de uma Ponte nessa localidade surgiu através da necessidade de facilitar o funcionamento comercial, o transporte de pessoas e mercadorias, essa criação auxiliaria ainda no controle sobre essas atividades. Percebendo que a obra poderia se lucrativa, várias empresas construtoras resolveram mandar seus projetos para análise, um em 1875 e outros em 1887, mas em ambos os projetos a ponte seria construída de madeira, não sendo aprovado pela Câmara, pois de madeira teria uma capacidade limitada de carga e ocorria o risco de desmoronamento futuramente, para época.

Em 1908, com Carlos Barbosa Gonçalves presidente da Província do Rio Grande do Sul, a situação sobre a construção da obra começou a progredir, porque o então político tinha interesses econômicos na região pelo fato de residir em Jaguarão. Durante seu governo a cidade presenciou um grande progresso, como execução de obras e a dragagem no rio Jaguarão. Foi nessa idéia de desenvolvimento que Carlos Barbosa resolveu solicitar novos estudos sobre a construção da Ponte. Posteriormente, com a constituição do projeto da Ponte em cimento armado realizado em 1913 e com o esboço praticamente pronto, é que confirmou a sua criação. Passado esse período e já convicto da estruturação, surgiram estratégias para sua futura execução, como a proposta de utilização da dívida, o instituto de trabalho, a comissão técnica da obra, a elaboração dos relatórios de descrição da obra e a organização do projeto executivo final, assinado por Quinto Bonomi. Após com o plano pronto, lançou-se o edital em 1925, e foi escolhida a firma carioca E. Kemnitz para colocar em prática a execução, em seguida o dossiê relata todo o andamento de construção da Ponte Internacional Mauá.

No Dossiê a construção<sup>59</sup> é vista como um avanço extremamente necessário para o desenvolvimento da região, pois possibilitou a mistura de pessoas de distintas nacionalidades, bem como setores e órgãos dos dois países. Na continuação do parágrafo, é citado o ano de início e término da obra, as expectativas de aumento comercial, por meio do livre tráfego

---

<sup>58</sup> Dossiê, op.cit p. 9.

<sup>59</sup> Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2011, p. 13.

sobre a Ponte. O documento descreve ainda todos os traços específicos de sua criação, como comprimento, largura, o limite de domínio de cada país, dados sobre o lado brasileiro, uruguaio e aduanas. O próximo parágrafo do texto de tombamento referencia a aspectos geográficos e sócios- econômicos do local onde o bem está localizado e cita a proposta de uma segunda ponte, a ser construída futuramente, com a intenção de diminuir o fluxo de veículos de carga que cruzam diariamente no local.

Depois de todas essas informações mencionadas no Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, é apresentada a sua justificativa<sup>60</sup>, sendo esta a fundamental característica para seu feito. A justificativa releva o valor histórico, tecnológico, artístico e paisagístico da Ponte. Ao tratar sobre o seu valor histórico abrange novamente toda narrativa referente à sua necessidade de construção, revela ainda que a Ponte teve por perspectiva a aproximação dos países e o sentido de unir Brasil e Uruguai, comercialmente e socialmente. Outro ponto satisfatório da justificativa é simbolismo que a Ponte representa,

Pois em julho de 2010, durante a III Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, a ponte foi proposta e aceita por unanimidade como o primeiro bem a ser estudado em conjunto pelas instancias técnicas governamentais do Brasil e do Uruguai com o objetivo de promover o seu reconhecimento como patrimônio cultural do MERCOSUL, servindo como projeto- piloto para subsidiar o estabelecimento de um sistema regional de conhecimento de bens culturais (Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2001, p. 25)

A menção acima descreve que a Ponte ultrapassa a uma simples obra, pois está inserida no contexto político de estruturação da região platina, justificando o seu tombamento a nível internacional. O valor tecnológico apresentado no documento deve-se a escolha técnica em concreto armado ser inovadora para a década de 30 e com a preocupação técnica de escolha do material, objetivando o concreto mais firme e duradouro. O valor artístico e paisagístico deve-se a estética em sua arquitetura de requinte construtivo mesclando características de fronteiras com o ecletismo europeu, como também a sua paisagem urbana, dando- lhe o devido destaque a leitura de sua paisagem, situado no centro do rio Jaguarão.

---

<sup>60</sup> Dossiê, op. Cit, p. 24.

A proposta de tombamento da Ponte Mauá é percussora no Brasil, por tratar de um bem transfronteiriço. O objeto de tombamento<sup>61</sup> entendia apenas o trecho de responsabilidade do Brasil, porém por uma preocupação maior dos órgãos com a sua integridade física, abrangeu o objeto em toda extensão da Ponte. Ressaltando assim, a efetiva proteção do bem, baseada em um acordo de gestão compartilhada entre Brasil e Uruguai.

Ao analisar, ficou evidenciado que o dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá destaca aspectos já conhecidos no meio acadêmico, pois especifica, de uma forma geral e delimitada, o contexto local, a história da Ponte e sua importância para se tornar bem patrimonial como justificativa e proposta para o seu tombamento. Além disso, a todo o momento o documento cita somente pontos positivos relacionados à Ponte e não faz nenhuma ênfase em aspectos negativos, caracterizando a trajetória de forma completa e passiva. Como se não houvesse nenhum problema, revolta ou conflito nesse caminho, algo que leva a crer em obscuridades, pois se trata de um dossiê simples e com uma visão tradicional da historiografia. Este mesmo, não menciona uma breve biografia ou se quer faz referência dos principais indivíduos envolvidos nessa obra, apenas aponta seus nomes e nacionalidades, como é o caso do engenheiro Quinto Bonomi, o que leva a pensar, quem era este homem? Construiu outras obras no mesmo período e localidade? Será que tinha parentes e contatos sociais nessa região? E assim por diante, são perguntas que não aparecem e não foram encontradas em nenhuma bibliografia pesquisada. Outros aspectos relevantes foi à saliência no andamento do projeto, que demonstrou ser desenvolvido e discutido apenas com opiniões e estudo de órgãos públicos na cidade de Brasília no Distrito Federal, sem nenhum caráter de participação da comunidade jaguarense, algo realizado na capital federal, longe desta região. Ainda, imposto por um meio e não refletido e debatido com um todo.

Dessa forma é importante ressaltar o resultado do estudo no Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, esperava-se deste mais estratégias, bem definidas e densas em relação a sua formação de criação. A crítica maior é a falta de informação e participação da sociedade local no desenvolvimento do material, acarretando em uma forma simples e pouca explorada de explicação, além de ser apenas uma visão determinada por um grupo. Sendo assim, é sugerida a educação patrimonial como possibilidade de mudança para esta realidade,

---

<sup>61</sup> Dossiê de Tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2011, p. 30.

possibilitando um maior conhecimento e participação da população local com o seu patrimônio.

#### **4.2 A educação patrimonial como possibilidade**

Este sub-capítulo tem por intenção dialogar perspectivas decisivas e desfavoráveis do tombamento, bem como promover a educação patrimonial como possibilidade para o resultado da pesquisa. Por fim, em anexo B apresentar uma forma de trabalho em estudo patrimonial.

Partiremos então da constatação de que a trajetória de Ponte Internacional Mauá como bem patrimonial, foi imposta pela vontade de um grupo específico de pessoas com cargos políticos, na qual muitas vezes não representam um coletivo e a sociedade. São indivíduos envolvidos diretamente nas escolhas do que é considerado representativo para sociedade, sendo que a maioria da comunidade não sabe quem são esses órgãos, pessoas e interesses políticos envolvidos sobre estes bens. Como então falar de representatividade, de valor simbólico da população sobre estes bens, se desconhece pontos cruciais para o entendimento patrimonial.

No caso da Ponte Internacional Mauá percebe-se esse processo, uma vez que foi realizado primeiramente, um artifício burocrático, de papéis e registros requeridos pelos órgãos institucionais de Jaguarão e de Rio Branco- Uruguay. Posteriormente houve a pesquisa de estudo do órgão maior Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN sobre o bem, para o processo de seu reconhecimento. Esse parágrafo exemplifica de maneira clara, quem forma o patrimônio cultural é o governo e não a população.

Então no Dossiê, as perspectivas decisivas para o tombamento da Ponte estão relacionadas ao valor histórico, cultural e geográfico de seu contexto, o valor simbólico da população sobre este bem, pois se trata de um documento que tem por intenção provar e autenticar essa narrativa. Outro ponto decisivo é o contato dos órgãos Federais com o órgão Municipal de Jaguarão, no qual o poder público da cidade divulgou e trabalhou sob esse interesse na preservação desse bem e solicitou a pesquisa, agindo assim de forma positiva.

E hoje em dia, ressalva a ênfase no patrimônio e a necessidade de preservação e proteção instituídas por órgãos federais e estaduais, a fim de, preservar bens culturais de grande valor histórico no Brasil, essa busca está clara nas legislações, que cada vez mais, fica expressa nos modos de pensar e conceituar o patrimônio. Para tal, finalidade os órgãos do patrimônio foram criados, possuem funcionários e recebem uma grande quantia para proteger e guardar essa memória, que visa fortalecer e legitimar a história brasileira, na ênfase no patrimônio material e imaterial. Será que há motivo para tanto? A população está esquecendo-se de sua memória e história local? Pode ser que sim, através da preocupação com a preservação dos bens, porém esta não há, com o conhecimento para o patrimônio. São indagações para refletir sobre esses pontos e servem também como possibilidade de problema para uma futura pesquisa.

Um exemplo disso, é os 40 milhões que Jaguarão recebeu em 2013 para recuperar o seu patrimônio, esse valor foi dado pelo governo federal através do programa PACidades Históricas, de acordo com o site da Prefeitura<sup>62</sup> de Jaguarão,

O PAC cidade históricas tem por objetivo conservar imóveis tombados, privilegiar a recuperação de edificações destinadas a atividades que favoreçam a vitalidade dos sítios históricos. Buscando a recuperação e a revitalização das cidades, a restauração de monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social e dar suporte às cadeias produtivas locais, com a promoção do patrimônio cultural. (Site governamental da Prefeitura Municipal de Jaguarão)

A partir dessa citação, é fácil constatar o enfoque e destaque ao patrimônio na cidade de Jaguarão, pois foi o município gaúcho que recebeu o segundo maior volume de recursos. De acordo com a opinião da ex-superintendente do IPHAN no Estado, Ana Meira, em entrevista ao jornal Diário Popular de Pelotas, isso se deve ao fato de que a cidade tem o maior tombamento nacional do Sul do Brasil. “A cidade tem um acervo extraordinário e projetos a serem implantados. Às vezes o município tem pretensões, mas não tem projetos prontos, Jaguarão já tem isso”. Com isso, ficou comprovado que o Governo Municipal estava buscando meios e estratégias para alcançar a preservação e o tombamento da cidade, através da confirmação de projetos e investimentos para o município.

---

<sup>62</sup> <http://www.jaguarao.rs.gov.br/>

Evidenciar esse tombamento é angustiante, porque permanece somente em uma visão e ideia sobre a realidade histórica. Na verdade, as ideias devem ser compartilhadas e definidas entre todos, para que haja opiniões, problematizações e reflexões mais concisas e isso não é caso da maioria das vezes, dos órgãos de patrimônio, que definem um grupo técnico específico e os mesmos agem de acordo com os seus preceitos e ainda influenciam com o seu discurso de proteção e preservação do bem para usufruto da comunidade.

Dessa forma, fica difícil a valorização e informação por parte da sociedade, se as mesmas não participam, não são convidadas. Na maioria dos casos, nem entendem sobre conceitos e ações do patrimônio. Foram interessantes as opiniões distintas, na época, em que o Município recebeu a quantia para recuperar e conservar seu patrimônio, coisas do tipo, “a área da saúde e as ruas da cidade estão horríveis e o governo ganhando esse dinheiro e gastando ao arrumar esses prédios antigos, caindo aos pedaços”. “ Se não era pra investir esse dinheiro na saúde ou em outra área mais necessitada”. Outra assim, “ que horror, que roubalheira, essa grana toda, vão arrumar alguma coisa mesmo ou vão colocar tudo em suas contas”<sup>63</sup>. São questões que a população se pergunta todo dia sobre o patrimônio, porque não sabem e não tem ninguém para explicar. Na verdade essa quantia veio destinada somente para tal finalidade, não tem como doar para outra área institucional, como a da saúde, nem tem como mover se não for liberado e vistoriado pelo IPHAN.

A partir disso, mencionado anteriormente, foi ressaltado a necessidade de uma Educação Patrimonial com a comunidade com a intenção de despertar o interesse e o diálogo, bem como conhecimento e reflexões acerca dos bens, leis, processos e conceitos desta área. De acordo com Cerqueira<sup>64</sup> “a educação patrimonial é educação para o patrimônio” se desenvolve por dois fatores gerais de ação: a educação da comunidade escolar e a educação da comunidade em geral. Para o autor, a educação da comunidade em geral é realizada por variadas formas, mas a principal é o turismo local, por meio de folhetos, banners, abertura de diálogo entre o local e global. A educação patrimonial na escola tem por objetivo a formação de cidadania e a preservação da memória, bem como proporcionar a sensibilização para o seu uso. Pois segundo Cerqueira<sup>65</sup> “ a maioria dos jovens não percebe o patrimônio como um bem

---

<sup>63</sup> Frases presenciadas na parada de ônibus.

<sup>64</sup> CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e desenvolvimento sustentável. 2005, p. 99.

<sup>65</sup> CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e desenvolvimento sustentável. 2005, p.101

público – assim sendo, podemos dizer, não inclui esse patrimônio numa identidade da qual ele faça parte. Essas questões podem ser justificadas pelo não conhecimento e participação da sociedade nas ações patrimoniais.

Portanto para modificar essas questões, principalmente em relação à Ponte Internacional Mauá e ao resultado de análise de seu Dossiê de tombamento necessita-se de uma educação patrimonial diferenciada com jovens e adultos. A partir disso e da experiência com o PIBID de Educação Patrimonial, onde ficou destacado a pouca informação dos estudantes sobre o patrimônio de sua cidade. Com base nisso, será proporcionada uma possibilidade de trabalho com educação para o patrimônio, através de formas distintas da história da Ponte, que abrange uma visão nova sobre a mesma, não somente como um monumento histórico que favorece apenas o patrimônio, mas como um lugar da população. Sendo assim, o modelo de trabalho estará em anexo B, para quem quiser e tiver algum interesse em trabalhar com este tema. Relembrando que é um modelo simples e objetivo, que busca um novo olhar sobre a história da Ponte, com a visão das crianças e jovens, pois estão no auge de seu aprendizado de formação cidadã. O trabalho tem por objetivo a elaboração de um Dossiê de tombamento pelos estudantes, para que os mesmos sintam-se parte dessa história e narrativa, e ainda, tem por intenção descobrir a opinião dos alunos. Tendo em vista que a elaboração de um dossiê é importante, pois é um documento que permanecerá por um determinado período, descrevendo o progresso patrimonial do bem. Contudo é fundamental a participação da população, para sua conscientização e reconhecimento como agente participativo de seu patrimônio.

## 5. CONCLUSÃO

Ao concluir a monografia evidencio que a pesquisa se desenvolveu de formas distintas, tendo aspectos positivos e negativos em seu processo de criação e elaboração, mas caso não ocorresse, era de se duvidar de um Trabalho de Conclusão de Curso. A discussão sobre os temas abordados possibilitou o aprofundamento da pesquisadora na sua temática de estudo a área de História. Através do estudo foi possível explorar e entender a história contextual de Jaguarão/ RS, cidade de zona de fronteira com uma característica peculiar em sua arquitetura e modo de viver, fazendo-se referencia no âmbito nacional e internacional com seus bem patrimoniais. Trata-se de um acervo vasto de patrimônio cultural, encontrado tanto na área rural (fortificações, estâncias, muros de pedras, presença negra na construção das edificações, etc) e área urbana (casarios, teatro, cinema, igreja, etc) ao mesmo tempo, dividindo espaço com construções modernas do século XXI. Jaguarão presencia um momento auge de sua patrimonialização, como exemplo disso, o tombamento central de seu conjunto histórico e paisagístico pelo IPHAN em 2011.

A Ponte Internacional Mauá presente como um bem cultural de grande valor histórico e social para sociedade Jaguareense, com a justificativa de ser uma obra que uniu os dois países Brasil e Uruguai, suscitando no desenvolvimento das relações sociais, culturais e econômicas desta região sulina em 1930, ano de sua inauguração. Um bem patrimonial presente no cotidiano de vida do município e de sua população.

Pode-se observar que o termo patrimônio cultural e demais conceitos relacionados a este, sofreu diversas alterações até o momento atual, caracterizado atualmente como o conjunto de elementos que constroem o sentido de identidade e memória para determinada população. No que se refere ao desenvolvimento turístico, à população precisa construir uma rede de significados e estratégias a este patrimônio, para que não seja apenas um mero produto a ser comercializado. Durante o texto ficou claro também a necessidade da participação da comunidade nessas ações patrimoniais, para que a mesma possa reconhecer a Ponte Internacional Mauá como sua e patrimônio da cidade. A educação patrimonial foi abordada como uma possibilidade para atrair a população a participar, através de oficinas, seminários e atividades.

Em relação à análise do Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, ficou caracterizada a necessidade de pessoas da área para a sua elaboração, como historiadores e arquitetos. O dossiê aborda aspectos já conhecidos, como a história local, a história da ponte e

sua importância para se tornar bem patrimonial como justificativa e proposta para o seu tombamento, comprovada através da narrativa de desenvolvimento cultural, social e econômico para época. O dossiê evidencia ainda o controle dos órgãos públicos sobre os bens patrimoniais, pois são os políticos que elaboram os papéis burocráticos para sugerir o tombamento, e se estudado e aprovado pelos órgãos federais e estaduais do patrimônio, o mesmo já é considerado um bem patrimonial, com isso, ficou comprovado que o patrimônio ainda é pertencente à elite e não ao povo, tendo em vista que a decisão é elaborada pela elite.

A partir da não participação da comunidade no procedimento, é que foi constatada a necessidade de uma educação patrimonial, voltada para a sociedade. Sendo assim, foi sugerido um trabalho/ação de Educação Patrimonial como uma possibilidade de trabalho, este é voltado para crianças do ensino escolar da rede pública municipal de Jaguarão, com base na formação cidadã e no aumento crítico, reflexivo e problematizador dos estudantes sobre o patrimônio da cidade.

Por fim, se faz necessário destacar que o objetivo da pesquisa acabou sendo compreendido de uma forma delimitadora, de acordo com expectativa desempenhada em relação ao seu desenvolvimento, pois se chegou há conclusões concretas e já conhecidas no meio acadêmico, mas irá contribuir muito com a população, que desconhece conceitos chaves de patrimônio e poderá ser bastante utilizado para futuras problematizações na área do patrimônio de Jaguarão. Além de reforçar fatores específicos, como o poder nas mãos dos órgãos públicos, há não participação da comunidade, a narrativa construída em relação a estes bens e a necessidade de uma educação para o patrimônio. Contudo produzir uma monografia não é uma tarefa fácil, mas traz consigo aspectos desafiadores e a fascinação pelo aprofundamento do tema, bem como um maior conhecimento na área de estudo. A pesquisa possibilitou maior compreensão e entendimento do patrimônio, fortalecendo assim o meu interesse neste âmbito de pesquisa, o patrimônio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETHEL, Leslie. Todos contra o Paraguai. Revista de História, 2012.

CALDEIRA, João. Mauá, empresário do Império, 1995.

CARVALHO, Antônio Carlos. Preservação do patrimônio histórico do Brasil: Estratégias. Revista eletrônica do Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio. PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4, 2011.

CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e desenvolvimento sustentável. 2005, p. 91- 109.

COSTA, Luciana. Turismo e paisagem cultural: para pensar o transfronteiriço. Caxias do Sul, 2011, p. 1-190.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, patrimônio cultural e produção do espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ENSSLIN, Lidiane. Ecletismo Arquitetônico em Jaguarão: um estudo (1870-1840), Porto Alegre, 2005, p.1- 115.

FAUSTO, Bóris. História do Brasil- 13. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MINC- IPHAN, 1997.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gentes e coisas da fronteira sul: ensaios históricos. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FRANCO, Sérgio da Costa. Origens de Jaguarão – 1790- 1833. Porto Alegre. Evangraf, 2º edição, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zart Ed. 2009, p. 1-39.

GIOVANAZ, Marlise. Mário de Andrade:ativista da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 31, 2002, p. 209-217.

GRUPO, Patrimônio histórico: como e por que preservar/ Bauru, SP: Canal 6, 2008.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e memória. Trad. Irene Ferreira, Campinas, 2008.

MACHADO, Beatriz. MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004.

MARTINS, Roberto Duarte. A ocupação do espaço na fronteira Brasil- Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão. Tese, 2001.

MATOS, Evérton. Brasil e Uruguai: Uma dívida que virou Ponte. PUC, Uruguiana, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 34ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 2008.

MOSCATO, Jarbas. GAPARATOO, Rita. Conversas de Calçadas: Um olhar sobre a iconografia dos passeios públicos em Jaguarão. 2010, p. 1-9.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. 2006.

PEZAT, Paulo. Positivismo em família: o projeto pedagógico de Carlos Torres Gonçalves. Temas e matizes, educação e positivismo, 2006.

POSSAMA, Zita Rosane. Patrimônio e Identidade: qual o lugar da História? . Ensino de História no Cone Sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p.87-98.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento a situação da fronteira Platina no século XVIII. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, 2003.

PRATS, Llourenç. O conceito de patrimônio cultural. 1998, p.63-74 .

SCHELEE, Andrey Rosenthal. A Ponte, 2001, p. 2-14.

SILVA, Adriana. Meu avô era um tropeiro: Identidade, patrimônio e materialidades na construção da terra do tropeirismo – Bom Jesus ( RS), Porto Alegre, 2009, p 1-269.

SOARES, Eduardo Alvares. Ponte Mauá uma história. Porto Alegre; E. A.S.S/ Evangraf ,2005.

VELOSO, Maria. O fetiche do patrimônio. 2006, p. 1-18.

VOGT, Olgário. Patrimônio Cultural: um conceito em construção. MÉTIS: história & cultura. p. 1-31.

#### Vídeo:

Vídeo de apresentação para o Tombamento Binacional da Ponte Mauá. Reunião de Comissão ao Patrimônio Cultural do Mercosul. Buenos Aires, 2010.

#### Sites:

Disponível em <<http://www.icomos.org.br/>> Acessado em 03/02/2014.

Disponível em <<http://www.Iphan.gov.br>> Acessado em 28/01/2014.

Disponível em <<http://www.turismoemjaguaraors.blogspot.com.br/>> Acessado em 10/02/2014.

Disponível em < [www.cultura.gov.br/](http://www.cultura.gov.br/)> Acessado em 10/02/2014.

Disponível em < [jaguarão.rs.gov.br](http://jaguarão.rs.gov.br)> Acessado em 28/01/2014.

#### Documentos:

Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá, 2011.

Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e paisagístico de Jaguarão, 2011.

**ANEXO A- Fotografia da Construção da Ponte Internacional Mauá**



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

## **ANEXO B-** Trabalho “Novas perspectivas sobre a Ponte”

*Identificação:* “Novas perspectivas sobre a Ponte”

*Público- Alvo:* Estudantes das 5º Série de Escola Municipais de Jaguarão.

*Período de Realização:* Durante uma semana, no turno da parte da tarde. Serão 2 dias de parte teórica, 2 dias de oficinas e 1 dia de apresentação dos resultados.

*Apresentação:*

O Estudo “Novas perspectivas sobre a Ponte” se desenvolveu através da necessidade de aproximar o patrimônio cultural Ponte Internacional Mauá com a comunidade. O projeto tem por objetivo construir juntamente com os estudantes, olhares sobre o “seu” patrimônio, proporcionando um conhecimento patrimonial de forma diferenciada com a criação de um dossiê de tombamento feito pelos alunos. Partindo da apresentação conceitual sobre o tema e das experiências e idéias dos alunos, para tanto as atividades serão divididas em dois tempos: a parte teórica e a parte prática. Na parte teórica do trabalho discutiremos conceitos da área do patrimônio e da Ponte Internacional Mauá. No momento da prática serão realizadas oficinas de elaboração de dossiê.

### *PARTE TEÓRICA:*

*Objetivo Geral:* Compreender e proporcionar aos alunos entendimentos conceituais sobre o patrimônio, como também apresentar, dialogar e refletir sobre a história da Ponte Internacional Mauá.

*Objetivos Específicos:*

- Descobrir os conhecimentos prévios dos estudantes sobre o patrimônio;
- Apresentar conceitos patrimoniais de uma forma clara e objetiva;
- Expor e analisar uma breve história da Ponte Internacional Mauá;
- Problematizar a Ponte Internacional Mauá como bem patrimonial;

### *PARTE PRÁTICA:*

*Objetivo Geral:* Realizar uma oficina e motivar os alunos a produzir material de sua própria autoria, através dos aspectos discutidos em sala de aula e da saída de campo. Para isso, os alunos terão que arrecadar materiais relacionados à Ponte Internacional Mauá, como fotos e jornais.

*Objetivos Específicos:*

- Realizar saídas de campo, Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão e Ponte Internacional Mauá;
- Motivar e ajudar os estudantes a buscar materiais sobre a Ponte;
- Elaborar junto aos alunos um dossiê de tombamento para Ponte com as visões históricas dos mesmos;
- Apresentar e socializar as produções com a turma;

*Justificativa:*

O trabalho se justifica pela escassez de trabalho voltado à educação patrimonial na esfera municipal e pela necessidade de trabalhar, discutir e problematizar o patrimônio com a comunidade local. Jaguarão é uma das cidades mais antigas do Estado e famosa pela beleza das suas portas e pela quantidade preservada de casarões antigos e monumentos. Porém seu patrimônio não é valorizado pela população, visto que a comunidade não participa e não é convidada para construir ações nesta área, ocasionando no distanciamento social sobre estes bens. As ações são diretamente elaboradas por órgãos públicos, que visam proporcionar um discurso histórico de valor simbólico e cultural sobre os bens, com a intenção de transmitir a população esses valores, para que a mesma valorize e preserve.

A justificativa do trabalho se embasa nesse contexto de fortalecimento e patrimonialização cultural por parte da elite local e não dá população. O estudo com a educação patrimonial favorece o conhecimento sobre este meio e trabalhar com crianças é essencial, pois a mesmas estão, prontas para aprender e dialogar sobre aspectos novos são curiosas pelas histórias locais, e é o momento de formar cidadãos conscientes e problematizadores. Com isso, surgiu a idéia da oficina de elaboração de um dossiê de tombamento feito pelos próprios, resultando em uma cartilha de aspectos considerados importantes para os estudantes.

*Metodologia:**Primeiro dia*

Etapa 1: Nesse sentido, a idéia inicial é formar um círculo com os estudantes, a partir daí abordar e discutir conceitos da área do patrimônio e instigar os alunos sobre os mesmo, com perguntas o que é Educação Patrimonial pra você? O que você entende sobre patrimônio?

Etapa 2: Nesse momento, a proposta é apresentar os conceitos de Educação Patrimonial, Patrimônio material e imaterial, conservação, restauração, preservação, dossiês e tombamento.

#### *Segundo dia*

Etapa 1: A intenção é indagar a turma com referenciais da história da Ponte Internacional Mauá, após perguntar a todos os alunos se a mesma faz parte da história de vida deles, se acham a Ponte bonita e etc.. Com o intuito de descobrir as representações sociais e o imaginário de cada estudante sobre a mesma.

Etapa 2: No segundo momento do dia, será demonstrada e discutida a história da Ponte Internacional Mauá. Como trabalho de casa, a professora irá mencionar que no próximo encontro, a turma fará um passeio turístico pelo bem de estudo e o Instituto Histórico e Geográfico, caso alguém queira, é possível levar máquina fotográfica para registrar o momento.

#### *Terceiro dia*

Etapa 1: Será realizada uma saída de campo com a turma, um passeio pela Ponte, onde os alunos vão observar calmamente toda sua extensão, como também durante o passeio a professora irá mostrar traços discutidos em sala de aula e estará disposta para as perguntas. O caráter da saída de campo é com o propósito do bem patrimonial sair somente do imaginário do aluno e que este sinta e observe a Ponte com outros olhos. Após o passeio se dará no Instituto Histórico e Geográfico da cidade com o mesmo viés.

Etapa 2: Como trabalho para casa, os estudantes deverão pesquisar e buscar por materiais que retrate a narrativa da Ponte, podendo ser, fotos, jornais, ilustrações, panos para acrescentar no seu dossiê

#### *Quarto dia*

Etapa 1: Propor a elaboração de um dossiê formado pelos alunos, que abrange características de sua história e sua visão sobre o bem, através de fotografias, histórias e entre outros.

Etapa 2: Momento da elaboração do Dossiê de tombamento da Ponte Internacional Mauá pelos alunos, onde o trabalho será feito em grupo e a turma estará livre para inovar, da maneira que quiser o seu dossiê, com base nos seus materiais. Além de justificar sua importância para a cidade e Propor soluções para que o mesmo seja valorizado, revitalizado e integrado à comunidade.

*Quinto dia*

Etapa 1: Apresentação e socialização dos grupos com seus Dossiê, no qual todos deverão falar e explicar o porque criaram dessa forma, como encontraram esses aspectos e etc.

Etapa 2: Momento de despedida com a turma e divulgar o trabalho de educação patrimonial em outras escolas.

*Materiais Utilizados:* Cola, Quadro Negro, tesoura, várias folhas de sulfite A4, Lápis de cor, canetinhas, jornais, revistas, folhetos, adesivos e desenhos

*Referencias Bibliográficas:*

CERQUEIRA, Fábio. Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e desenvolvimento sustentável. 2005, p. 91- 109.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zart Ed. 2009, p. 1-39.

GRUPO, Patrimônio histórico: como e por que preservar/ Bauru, SP: Canal 6, 2008.

SOARES, Eduardo Alvares. Ponte Mauá uma história. Porto Alegre; E. A.S.S/ Evangraf ,2005.